

Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Coronel
Ustra



Idenir
Cecchim



Jonas
Reis



José
Freitas



Karen
Santos



Marcos
Filipi



002ª CUTHAB 11FEV2025

Pauta: Demandas de moradores da Rua Aderbal Rocha – Bairro Sarandi, relacionadas a condições de moradia na região.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h15min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Pauta de hoje: Demandas de moradores da Rua Aderbal Rocha – Bairro Sarandi, relacionadas a condições de moradia na região.

Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início à nossa reunião de comissão, que hoje vai tratar da Rua Aderbal Rocha, no bairro Sarandi, mais especificamente as pessoas que estão sendo impactadas pela obra do dique e vão precisar ser assistidas pelo programa Compra Assistida. Nesse primeiro momento, pensamos em organizar a pauta, dando prioridade a esse tema, e, num segundo momento, demais outros que possam surgir, também, relacionados à Rua Aderbal Rocha. Essa é uma pauta que foi solicitada à nossa comissão pelo Ver. Marcos Filipi, que compõe esta comissão, e também pela Ver.^a Juliana Souza, que acredito que, em algum momento, vai estar conseguindo compor esta reunião conosco.

Quero saudar a presença da comunidade, que se organizou para estar aqui acompanhando esse espaço importante de discussão, de esclarecimento e também de conseguir alguma síntese que resolva, de forma objetiva, as questões que vocês vão estar trazendo para nós. Quero convidar para compor a mesa, se já não estiver compondo, Sr. Vicente Perrone, do DMAE; Secretário André Machado, Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHARF. A Secretaria de Reconstrução do Governo Federal não conseguiu estar presente, justificou outros compromissos, o que é um problema, porque sabemos da importância de termos a participação do governo federal dentro dessa política da Compra Assistida, que envolve municípios, estados e União. Enfim, podemos estar fazendo, enquanto comissão, depois, uma nova solicitação para esclarecimentos, caso tenha alguma pauta específica ao governo federal que a gente tenha que resolver aqui. Quero convidar para compor a mesa também os representantes da Caixa Econômica Federal, Tiago Helgueira Nenê e Guilherme Fernandes. O Sr. Rafael Pedro Magagnin, da Defensoria Pública, já está conosco aqui, já é presença fixa da nossa comissão. Procuradoria-Geral do Município, temos representação para o Dr. Marisco. Quero convidar para compor também a comissão que fiscaliza o Sarandi, pela representação do Sr. Edgar Fernandes – por gentileza, Edgar, fique à vontade de compor aqui conosco. Convidar também o Sr. Júlio Alt, do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH; e a Sra. Maria Aparecida Castilhos Luge, também grande lutadora do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, Maria, pode ficar à vontade de compor aqui conosco a mesa.

Como eu penso em organizar os trabalhos, pessoal? Nossa reunião começa às 10h, a gente tem como teto o meio-dia. Então, a gente tem, como praxe, ouvir todas as pessoas que estão presentes, a gente abre as inscrições, mas, nesse primeiro momento, a gente ouve as representações da comunidade que nos trazem o problema. Depois, a gente ouve, a partir dos problemas levantados pelas representações de vocês, o que o poder público, municipal, estadual, federal, defensoria, tem a contribuir em relação a esses problemas. Se ficou alguma questão em aberto, a gente abre para inscrições, umas cinco inscrições,

a depender do nosso horário, para que o público consiga se manifestar. E depois volta para a mesa, onde a gente lê os encaminhamentos que ficaram desta reunião. Pode ser assim?

As notas taquigráficas, que é o registro... Toda essa nossa reunião está sendo gravada, está sendo transmitida, e depois vira um documento muito importante, que é a ata da reunião, que, depois, se a gente precisar entrar com algum processo judicial, é importante a gente ter esses registros, a memória do bairro registrada aqui pela Câmara. Então, as notas taquigráficas sempre pedem, e a gente sempre esquece, para, quando for usar o microfone, se apresentar, dizer o nome, o bairro, a entidade, o órgão que representa, para que a gente tenha essa ata bem organizada, para que a gente possa seguir utilizando-as para as lutas que virão. Então, quem for se manifestar, também os companheiros da mesa, sempre se apresentem, digam qual órgão representam.

Eu vou abrir sete minutos para as representações da comunidade, dos movimentos, e depois eu abro também para as representações do governo. Vou dar esse tempo de sete minutos, mas, obviamente, se precisar usar mais, a gente é flexível, mas, para a gente ter esse controle, porque o nosso teto é meio-dia. Antes de passar para as representações da comunidade, passo a palavra ao Ver. Marcos Felipi, o proponente desta reunião,

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, presidente Karen. Saúdo, primeiramente, a presença dos moradores. Sei que não é fácil se deslocarem até aqui, mas esse é um tema que é o prioritário hoje da cidade, a proteção contra as cheias e também a habitação, a moradia daquelas pessoas que foram atingidas e aquelas que serão atingidas com obras de proteção da cidade. Também saúdo aqui o Ver. Ustra, o Ver. Jonas Reis, o Ver. José Freitas. Também agradecer toda a presença do governo municipal, trouxe pessoas extremamente competentes aqui. Isso reforça a importância da comissão, reforça a importância da pauta. É muito importante que o governo, eu, como sou base do governo, fizemos essa combinação na primeira reunião, que o governo nos colocasse pessoas dispostas aqui para valorizar a comissão, valorizar as

peças que se deslocam até aqui, porque são temas importantes. Saudar também a Caixa Federal, que está aqui presente, os movimentos muito bem representados, a Defensoria Pública pelo doutor Rafael.

A gente sabe que o dia a dia de cada órgão, de cada secretaria é tomado por diversas demandas, e nós, vereadores, acabamos pegando temas específicos e muitas dúvidas surgem para nós. Esse é um tema hoje que entendemos, e os moradores ali entendem, a importância dessa obra, da reconstrução do dique, do alteamento do dique, uma parte dele já foi feita, e o dique precisa continuar. É uma questão de segurança, a gente sabe que está chegando a época que nos atingiu muito no ano passado, está chegando maio, as equipes do DMAE estão prontas para continuar a obra. O DEMHAB tem tido contato frequente com os moradores, que são os 57. Então, a gente teve algumas evoluções ao longo do tempo, junto com a Caixa Econômica Federal, já foi feito um pedido, junto ao ministério, para a flexibilização daquelas casas em que as pessoas estavam tendo dificuldade de cadastramento. Também há pedido de unificação dos valores. E também já teve alguns movimentos, e aí cada morador tem a sua responsabilidade, a sua decisão, quanto à estadia solidária, quanto apenas sair com a Compra Assistida, mas também isso é uma questão de cada um que o DEMHAB vem tratando. Então a ideia aqui é que a gente consiga unificar essas informações e tirar dúvidas, para que não fique um jogo de empurra, empurra, e que o DEMHAB consiga explicar aquilo que ele está fazendo, a Caixa Econômica Federal também. O DEMHAB, mais uma vez, colocar a importância das obras, e as pessoas tenham a garantia que vão receber os benefícios, seja a Estadia Solidária, seja a chave do Compra Assistida, porque esse tema na comissão não vai se esvaziar com a continuação da obra. É um tema que vai se prolongar, porque aquelas pessoas que não receberam a chave nesse primeiro momento, a gente vai fazer o acompanhamento para que elas recebam a chave da casa que foi prometida.

Então, faço esse breve relato aqui. A gente também aqui tem ideologias diferentes, mas esse é um tema da cidade. Nós decidimos aqui na comissão tratar dos problemas reais da cidade, sem ideologia, para que a gente possa

resolver de fato, pensando naquilo que é melhor e tratar sempre com a verdade. Por isso, a importância de todas essas frentes aqui. É inegável a importância das obras de proteção contra as cheias, mas também existem pessoas que criaram o seu vínculo, investiram nos seus imóveis e querem também as suas garantias para que possam sair e morar em outro lugar com dignidade, conforme foi prometido a elas. Então, muito obrigado, faço essa primeira introdução para a gente começar os trabalhos.

PRESIDENE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver. Felipi. Vou passar, então, para o Edgar Fernandes, que é da comissão que fiscaliza o Sarandi, que está acompanhando as obras. Edgar, sete minutos, pode ser?

SR. EDGAR FERNANDES: Bom dia a todos que estão presentes, autoridades. Desde maio, temos essas negociações com o pessoal que representa o governo federal, estadual, municipal, mas o único que não se fez presente até agora na nossa reunião foi o governo estadual. Não sei se tem alguém aqui do governo estadual, acho que não tem. Então, agradeço a presença, por parte da Prefeitura e por parte do governo federal, que está ouvindo os moradores. Todos vocês já estão sabendo da situação que a gente passou lá, os moradores, e a gente entende que têm que saírem as obras. Todos os moradores estão cientes disso aí. O bairro Sarandi, todos estão solidários com os moradores que vão ter que ser removidos, porque tem... Eu sempre falo que a Rua Aderbal Rocha de Fraga é diferenciada. Eu sei que o Programa Casa, Minha Vida é importante, do governo, mas só que a situação nossa é bem diferente. Então, às vezes, tem parte que diz que o governo está dando uma casa para as pessoas irem morar. Na verdade, temos as nossas casas lá, é diferente, são casas bem estruturadas, que valem muito mais do que as do Minha, Casa Minha Vida. Então, a gente está lutando por isso, que os governos se coloquem na nossa situação. Só a gente que está lá sabe a situação que a gente está enfrentando. E a gente está em várias negociações, só que não está dando resultado. A gente, já faz uns cinco meses, seis meses, mas não tem resultado. A gente queria, os moradores de

Sarandi, da Rua Aderbal Rocha de Fraga, estão perguntando para nós, que os representamos, que estamos juntos à frente da negociação, tá, mas para quando isso aí? Vai chegar a hora em que vão chegar as obras lá e nós vamos ter que sair, de que jeito? O aluguel – o pessoal não quer aluguel, o pessoal quer chave, pura chave, porque é inadmissível, a gente está dentro das nossas casas lá, umas casas bem estruturadas, trabalhamos vários anos, botamos a vida inteira ali, pessoas idosas que estão, às vezes, ficando até doentes, por saber da situação que estão enfrentando. Eu acho que isso aí, o governo municipal teria que ter chamado antes do projeto, isso aí, pegar o engenheiro, junto com os moradores, porque o engenheiro simplesmente vai lá e diz que tem que fazer daquele jeito, mas não se importa com a moradia, quem está morando, quem vai ficar bem e quem não vai ficar. Eu acho que tinha que ser um debate disso antes, mas já foi feito, ele chegou e colocou lá a situação dele e tem que ser desse jeito, não interessa a situação dos moradores que estão enfrentando dificuldade, que eles tirem a comida dia a dia ali, que tem espaço nas casas, dois pisos, pátio 30 por 10, grandes, tiram mercados, eles tiram tudo o que eles têm dali, comida, tudo, e agora vão ter que ir para uma casa que, segundo, a compra assistida, isso aí olha, desculpa, é uma palhaçada, até agora não saiu uma chave – Rua Aderbal Rocha de Fraga; aí vem dizendo nos discursos aí, na mídia, que está saindo o caso, que está saindo, onde na Rua Aderbal Rocha de Fraga? E está chegando, vão ter que sair, não adianta querer fazer discurso, mas não se colocar em prática, não tem, e os moradores querem saber, que é chave, pura chave, não existe ir para o aluguel, não existe, então é esse impasse que a gente tem, a gente está lutando – estamos indo em várias reuniões –, e não tem solução. Nós queremos solução para o problema, entendeu? Queremos que analisasse aqui, tem pessoas aqui que vem comigo, que moram há 40, 50 anos lá, tem os filhos, moram juntas, tem uma proposta que fosse, no caso, 400 mil, 200 para cada família, que vai sair os 400, que já foi contemplado, dê 400 para essas pessoas, tchê, para eles irem comprar uma casa decente para eles morarem, igual estão lá. Nós não invadimos. Não foi invadido nada; a gente faz anos que está lá, entendeu? E se tem algum culpado, são os governos, que não

fiscalizaram antes, deixaram invadir, as pessoas que venderam para nós, entendeu? Então eu queria que isso aí tivesse resultado, e o pessoal está me cobrando resultado. Dia 28 é o prazo que tem para os pessoas saírem, 58 casas lá, e tem que ir para o aluguel, entendeu? Então há possibilidade, do jeito que está sendo, dizer aqui bem, está sendo enrolado, nós estamos sendo enrolados, é reunião e reunião, isso é reunião, não vai resolver o problema, nós queremos resultado, nós queremos chegar aqui e dizer assim: não vai, vamos ter que ir para o aluguel, não tem como fazer. A Caixa, no caso, pela parte do governo federal, não tem para tirar essa burocracia que tem, não tem, para mim chegar lá e dizer para o pessoal que nós vamos ver a decisão que nós vamos tomar. Agora, está enrolado. Olha, eu sempre participei, não gosto de ser enrolado, nem os moradores gostam de serem enrolados, só que eu digo que é uma palhaçada isso que está acontecendo, desculpe a palavra. Esse pessoal está indignado, revoltado; nós queremos resultado, não adianta estar fazendo reunião e reunião, é isso, estou insistindo nisso aí, porque, olha, lá têm famílias que vão ficar separadas, porque não dá para ter R\$ 400,00 junto, que se dão os 400 para comprar uma casa decente para a família morar, no caso, tem que os filhos estão cuidando das pessoas mais velhas, com 60, idosos e tudo, e aí vamos para onde nessa situação? Então, eu queria que o governo aqui avaliasse bem essa situação; deixar bem registrado aqui que nós queremos resposta, que diz o que, se dá ou não dá, o que não dá é a gente ficar esperando pelos governantes aqui. Isso não dá, isso aqui para os dois governos, municipal e federal, os dois que estão, o estadual não apareceu, nem para dizer A nem B, pelo menos para ficar sentado aqui, assistindo nós falar, não apareceu, cadê o governo do Estado? Não apareceu, e o municipal e federal estão se batendo para lá e para cá. A Caixa Federal é culpada por parte do governo federal. E, municipal, aluguel. Ele tinha que trazer, antes de debater a situação com esse engenheiro que não sei de onde vem e diz que tem que ser aqui e não interessa... No nosso entendimento, poderia puxar para o outro lado, não precisaria sair ali na Rua Aderbal Rocha de Fraga. Tem espaço, pode fazer, mas desde que tenha vontade. Por que não chamaram os moradores para uma comissão, que nem o

governo fala, que conversa com os moradores, no caso? Sim, faz, mas por que não chamou o outro? Agora, estão em uma situação que tem que sair a obra, e tem os moradores, esses 58 casos lá. Tem pessoas deficientes físicas que estão aqui, tem pessoas que vão entrar para dentro de um apartamento. São R\$ 1 mil reais, R\$ 1 mil reais para pagar um aluguel, me diz onde que tem isso aí, para ter espaço para ele morar. As pessoas vão passar necessidade, têm os animais para levar, algumas coisas, vão levar para dentro do apartamento? E as casas, o Minha Casa, Minha Vida ali, a Caixa, a gente já conversou tudo com o Nenê e está evoluindo, através de uma funcionária da Caixa, sei lá, que contratou lá, e a gente levou junto. A gente, da comissão, está fazendo muito, com o DEMHAB também, para ajudar. Agora, nós não temos o poder – o poder está com os governantes – de acabar com a burocracia para comprar as casas. Tipo aluguel chave por chave. É simples dizer: “Não dá, não vou fazer”. E a gente vai levar o pessoal. Os governos dizem que não vai dar, tem que ser assim e acabou. E a gente vai dizer. Até, inclusive, esses dias, eu fiz um vídeo. Não, tem que ter o começo e o fim, e tem que ter. Eu vou chamar o pessoal e vou dizer: enrolaram, enrolaram até agora, vamos ver o que vamos fazer. Diálogo é importante, eu sempre digo, ninguém vai dizer que não teve diálogo; mas diálogo tem que dar resultado, e o pessoal não está tendo resultado. Então, o pessoal está indignado, está revoltado, e nós queremos resultado, chega de reunião. Já pensou, pessoas deficientes físicas, que nem cadeirante aqui, a guria ali, a Dona Maria que está lá atrás, vizinha, pessoas que têm os filhos, criaram tudo ali, agora, do nada, vão ter que sair. Será que não tem o governo federal, municipal, para ver a situação da Rua Aderbal Rocha de Fraga? Municipal, no caso; depois, tem que analisar juridicamente como é que ficaria a situação também, porque ali é uma obra do Município – uma obra do Município, certo? Então, tem que deixar as divergências ideológicas de lado e se unir e defender a nossa situação aqui na Aderbal Rocha de Fraga, que é diferenciada. Não que seja mais que ninguém, mas ali é diferente pela situação que nós estamos enfrentando. Por isso, eu faço um apelo para a autoridade levar isso para frente. Deixar registrado que nós queremos um

retorno sobre o que vai ser feito realmente para a gente passar para os moradores lá do Sarandi. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Edgar Fernandes. Quero saudar a presença da Ver.^a Juliana de Souza, que também foi proponente desta pauta aqui na comissão. Vamos ajustar aqui a presença da vereadora para compor conosco a Mesa. Juliana, a gente organizou os trabalhos da seguinte maneira: primeiro, a gente vai ouvir as representações da comunidade. Eu passaria agora a fala para a Maria Aparecida; mas, como tu és proponente, e o Ver. Marcos Felipi fez uma abertura, se tu quiseres também contextualizar, podes ficar à vontade. (Pausa.) Perfeito, então. A Sra. Maria Aparecida, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, está com a palavra. São sete minutos, Maria.

SRA. MARIA APARECIDA CASTILHOS LUGE: Bom dia a todos. Eu sou do Movimento dos Atingidos por Barragens, sou da coordenação. Estamos lá no Sarandi desde maio, em uma ajuda solidária lá com quentinhas. E continuamos lá, então, montando grupos de atingidos, que é como o MAB se organiza, com grupos de atingidos. Da Rua Aderbal até a Av. 21 de Abril ali, naquelas ruas todas, a gente tem grupos de famílias, mais ou menos umas 450, 500 famílias. Então, a gente veio aqui também para falar que preocupa muito, sim, a todos ali, se vierem novas chuvas; aquela obra ali preocupa a todos. Mas, mesmo assim, essas pessoas da Aderbal têm o direito, têm direitos que estão sendo violados ali, são pessoas. O direito à moradia, à habitação é um direito humano. Então, eles têm que ver direitinho quem quer sair, quem não quer sair, como quer sair. Quem mora ali perto, se quer morar perto; essa estadia solidária não contempla a todos. Então, tem que ver exatamente, cada caso é um caso. Tem que ser de uma forma humana, respeitando todos os direitos ali. Então, algumas pessoas ali foram notificadas com o prazo até o dia 28, como o Sr. Edgar falou; mas esse prazo é muito curto. Ele tem que ser derrubado, não pode continuar esse prazo. Temos que ver outras formas de fazer, de continuar essa obra, com certeza,

porque é necessária essa obra, que preocupa outros atingidos; mas temos que ver essa parte do prazo, que está gerando muito medo para as pessoas. Elas já estão traumatizadas com toda a chuva, com toda essa situação, que já vai completar um ano. São pessoas que estão muito fragilizadas. Então, a gente tem que ter um cuidado muito necessário ali.

A gente já tem uma experiência em outras localidades com relação ao aluguel social. Tem pessoas que ficaram sete anos em aluguel social, indo para baixo e para cima, com móveis quebrando, sendo despejados também. Então, não é uma coisa muito boa que eles querem. Ninguém quer ficar andando para lá e para cá, eles querem a casa deles, eles querem sair dali, mas eles querem uma outra casa.

Com relação à Caixa, a gente também já tem experiência de os processos irem indo, indo, indo; ficarem um ano, dois anos; e sempre está faltando um documento, sempre está faltando alguma coisa. Quando a pessoa acha que vai pegar a casa, lá vem um empecilho. Então, isso é muito ruim, porque, afinal de contas, quando é decretado o estado de emergência, de calamidade, não flexibiliza algumas coisas? Então, eles são atingidos, e eles ainda estão sendo atingidos. Então, deveria ser usada uma flexibilização, isso teria que ser agilizado para que eles possam morar – tem gente que mora há anos ali, eles não querem sair dali – alguma casa ali perto, naquelas localidades, para eles continuarem a vida deles, e trabalho, eles têm trabalhos, eles têm memórias afetivas. Então, é muito importante a gente cuidar dessas pessoas. E o MAB está aqui para reforçar essa luta. Muito obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Maria Aparecida, pela tua manifestação. Saúdo também a presença do Júlio, do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

Vou passar para a Defensoria Pública, Rafael, que está acompanhando essa situação, também se tem alguma questão de imediato que tu queiras colocar. E depois para você, Júlio, e aí a gente vai para ouvir os vereadores e as representações do governo. Pode ser? Pode ser.

SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN: Obrigado, Ver.^a Karen. Saúdo aqui a todos presentes. Meu nome é Rafael, represento a Defensoria Pública, estou no Núcleo de Defesa Agrária e da Moradia. Nós estamos acompanhando essa situação desde o finalzinho do ano passado. Já fizemos algumas visitas ali no bairro Sarandi, já fizemos também muitas reuniões. Na semana passada, participamos de uma reunião no Ministério Público Federal também, para tratar sobre esse assunto. Qual é a sensação que eu tenho no momento? É de que nós temos já um panorama das 57 famílias que vão ser diretamente impactadas nesse primeiro momento, e até onde eu tenho informações – até o secretário André está aqui depois para poder confirmar esses dados –, dessas 57, tínhamos aqui 31 pessoas habilitadas já. (Pausa.) Já tem mais. Aqui a Ver.^a Juliana está me confirmando que tem mais. Então, qual é a sensação que eu tenho no momento? As pessoas já estão, de certa forma, cadastradas. O levantamento já foi feito, foi encaminhado para a compra assistida, e o que está dificultando nesse momento é a escolha do imóvel, seja por alguma questão do valor que é oferecido hoje pelo governo federal, desses R\$ 200 mil, seja por alguma questão de eleição do imóvel que vai ser destinado, por algum problema, por alguma questão burocrática ou estrutural. Nós fizemos, duas semanas atrás, um documento, o encaminhamos para o Ministério das Cidades e também ao Escritório da Reconstrução solicitando uma certa maleabilidade nos requisitos do programa, por que nas visitas que estou fazendo ao Sarandi, o que está me parecendo é que é isso que está trancando, pois as pessoas já têm um enraizamento com o local, já moram há muitos anos no Sarandi, têm as suas casas, de certa forma, já construídas, já estruturadas. Na semana passada, eu visitei uma casa que realmente é muito bem estruturada e as pessoas estão com muito receio de sair dos seus locais de moradia, já fixos, já consolidados de certa forma pelo tempo, pelo menos, e ir primeiro para o estadia solidária. É a principal preocupação, justamente como a Maria falou, as pessoas ficam indo com alguma incerteza de um imóvel para o outro. E tem a questão do valor também. E essa é a razão da solicitação de aglutinação dos CPFs que fizemos. O valor, em

algumas casas que visitei, realmente é incompatível com a realidade que as pessoas vivem, dos R\$ 200 mil. Eu visitei a casa de uma pessoa bastante idosa, fica complicado, na minha visão, oferecer como alternativa uma casa que vai ser longe do Sarandi, que não vai atender ao conforto que essa pessoa tem, porque ela construiu o conforto nos anos em que ela esteve lá. E isso traz um desconforto, realmente, para os moradores. É isso que estamos percebendo nesse momento. A sensação que eu tenho – para tentar resumir, vereadora Karen, vereador Jonas, vereador Felipi também – é de que a questão burocrática de fazer o levantamento e encaminhar, de certa forma foi feita, o DEMHAB fez esse levantamento, apontou. Mas o que está trancando agora é nessa segunda fase, vamos dizer assim, de poder eleger os imóveis para as pessoas poderem se encaminhar.

Também quero ouvir aqui a comunidade. Estou muito ansioso para saber como estão as coisas hoje, e coloco aqui a Defensoria à disposição para a gente poder continuar conversando. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Rafael. De imediato vou passar para o Júlio, representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

SR. JÚLIO ALT: Bom dia. Cumprimento os vereadores presentes e autoridades aqui nessa importante reunião pela qual estamos tentando encaminhar uma solução plausível para o número de famílias em decorrência de uma obra declarada urgente pelo Município, numa situação em que recém saímos de uma calamidade. Parece ser repetitivo isso, mas é justamente o cenário que a gente tem que tentar reforçar: a gente precisa de situações com base num cenário de exceção, que foi de uma calamidade, algo inesperado no estado do Rio Grande do Sul e que atingiu diversas famílias. Nesse sentido, elaboramos um ofício e assinamos em conjunto – o Conselho assinou em conjunto com as secretarias, também com a Defensoria Pública –, sugerindo algumas alternativas para que o Governo Federal consiga agilizar soluções e também o Município consiga

verificar outros tipos de soluções para essa situação de exceção que nós estamos levantando aqui por causa de uma calamidade.

Em 2012, em uma situação também de interesse público, foi criada uma lei municipal, a [Lei nº 11.229](#), que permite a compra somando dois benefícios de bônus-moradia – ou mais –, com base na situação específica das famílias. Essa situação veio por causa daquele momento de obras da Copa e questão de desenvolvimento da cidade; agora nós temos um motivo diferente, mas é um motivo também de desenvolvimento. Afinal, nós estamos falando da segurança da cidade de Porto Alegre. Bom, não queria me repetir aqui, mas tem um conceito interessante que a gente poderia aprofundar, o próprio Município: a Caixa, no momento que investe dinheiro e tenta criar soluções habitacionais – porque a gente está falando de dinheiro público aqui –, a gente tem uma questão de coabitação também. O conceito é simples: quando uma família mora no mesmo terreno, mas tem só um fogão, ou só uma geladeira, ou só um banheiro, esse é o conceito de coabitação, e as pessoas começam a criar conflito naquela situação, o filho está crescendo ou a filha está crescendo, vai criar sua família, ainda mora no terreno, e daí, nesses ambientes, é justamente que a gente emprega dinheiro público para gente conseguir solucionar uma situação para que não gere uma nova coabitação no futuro. Por exemplo, se a gente colocar esse valor de R\$ 200 mil numa família que já está crescendo agora – o filho tem 16 anos ou a filha tem 16 anos –, a gente vai criar uma nova ocupação num futuro breve. Quando tiver 18, a pessoa já vai sair dali. Então, a gente está tentando condicionar a política pública para que a gente consiga investir verba pública em soluções que sejam verdadeiras, sejam reais. E é nesse sentido que vêm essas possibilidades, com base numa exceção, mas quem sabe a gente consiga soluções plausíveis. Seria muito interessante o governo, o Município, conseguir acordar, por exemplo, a soma da compra assistida federal, incluída pela Caixa, com o bônus moradia do Município. Essa solução, por exemplo, para o próprio prefeito seria uma solução, talvez modelo, que esteja acontecendo em diversas outras cidades esse tipo de negociação. Por exemplo, em Alagoas, nós tivemos seis bairros que estão afundando e que vão ter que sair, e já estão

saindo, num processo também de negociação entre governo federal e Município. É natural esse tipo de negociação, e que a gente consiga estar trazendo esses cenários e possibilitando uma negociação com que não crie um retrocesso social nessas famílias que já têm uma condição, e pela qual os R\$ 200 mil não é uma solução que parece plausível, tendo em vista os imóveis. O tamanho dos imóveis são áreas grandes. A gente estava conversando agora com a Jaqueline, que também está numa situação ali, de que ela é a quinta dentro de um grande terreno. Todos os terrenos ali são bastante grandes. Algumas pessoas conseguiram construir, até a sua família está presente, e outras têm vários tipos de condições de terreno. Eu acho que é esse trabalho do caso a caso, que é o trabalho que o Município de Porto Alegre, na gestão compartilhada da questão da cidade, o Município é o responsável por esse cadastramento, por essa questão, até encaminhar aos programas, mas também há, como disse, a responsabilidade compartilhada também, o governo federal ou mesmo o estadual, como o senhor falou, tem responsabilidade para que a gente esteja resolvendo o déficit habitacional na cidade de Porto Alegre, e também uma solução plausível para essas famílias, tendo em vista que é uma obra urgente, e daí também negociar com a “espada na cabeça” é algo bem complicado também, porque a gente tem um prazo colocado. No entanto, o município não consegue empregar uma solução plausível para esse prazo. Convenhamos, há um prazo aí que a gente vai verificar que vai ter que ser prorrogado ou nós não teremos uma solução aqui. A gente está reunindo aqui e vamos acabar saindo daqui sem a solução. Acho que é esse o emprego do nosso trabalho e a gente ter vontade política, vontade política de fazer as mudanças, cada um no seu setor, cada um com a sua ideologia, mas que a gente consiga estar trabalhando para a solução concreta da realidade dessas famílias. Então é isso. Muito obrigado e bom trabalho a todas e todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Júlio, pela manifestação, vou te pedir que tu nos encaminhe esse ofício que vocês enviaram para o Ministério das Cidades, para a Secretaria da Reconstrução, para que os

vereadores aqui da Comissão estejam a par dessas mediações que estão sendo feitas e até, de certa forma, quem sabe poder contribuir a partir das siglas partidárias.

Agora temos as manifestações dos vereadores também. Os vereadores que quiserem já trazer alguma questão para a Caixa, para a Procuradoria do Município, DMAE, eu vou deixar por último, que são as questões referentes à obra, ao dique, ao DEMHAB também. Então, os vereadores que quiserem se manifestar, se inscrevam. Eu já tenho aqui um vereador inscrito, que é o Ver. Jonas e na sequência, a Ver.^a Juliana.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos, principalmente às moradoras, moradores, lideranças; cumprimento o secretário André Machado, no nome dele os demais secretários, membros do governo presentes, meus colegas vereadores também, a Defensoria Pública e as demais instituições. Primeiramente, eu quero dizer que nós estamos aqui hoje reunidos na Câmara porque os atores principais não resolveram o problema. Esta é a realidade. Quem tem a chave do cofre não resolveu. E é uma vergonha este prefeito, que foi o responsável que não ouviu os técnicos do DMAE, Vicente Perrone, você não estava no DMAE à época. Os técnicos do DMAE disseram: tem que fazer as obras de manutenção dos diques, casas de bomba; tudo apontado em documento com mais de 100 páginas, num processo SEI, de conhecimento público – foi notícia durante a enchente. O prefeito não fez as obras e hoje a gente está tendo que correr atrás de dinheiro para a população ser deslocada do seu bairro? Vejam que vergonha que trazem para a Câmara de Vereadores, para nós vereadores resolver, quando não foi nós que criamos este problema! Mas nós vamos abraçar, porque nós queremos ser resolutivos. Agora o fato é que a Prefeitura, abarrotada de dinheiro, e não está aqui o secretário da tal reconstrução, cadê o Germano Bremm? Está na praia? Aonde ele está? Ele deveria estar aqui porque é ele que está ordenando mais de R\$ 800 milhões na cidade! E por que ele não está aqui? Está ordenando esse dinheiro para onde? Eu pergunto: um cidadão que lutou uma vida inteira para construir a sua moradia,

colocando lá cada azulejo, cada peça no banheiro, na cozinha, tudo, pensou a casa, o seu lar, para a sua família, ele merece só R\$ 200 do governo federal? O governo federal está entrando com R\$ 200 mil. Secretário André Machado, com quantos mil vai entrar a Prefeitura? Suplementar, não estou pedindo nem que seja o valor geral, suplementar, para que de fato seja o valor que vale a moradia do cidadão. Como é que a gente vai chegar para o cidadão e dizer: olha aqui, acabou o teu tempo de vida no Sarandi, não interessa quanto a tua casa vale, nós vamos te dar R\$ 200 que o Lula mandou, e nós, da Prefeitura, vamos lavar as mãos. Pega o dinheiro do Lula e se vai. Mas o que é isso? Eu quero saber qual é a proposição do DEMHAB. Quanto tem em caixa hoje? Quanto que vai aportar para essas mais de 50 famílias? A gente não pode desrespeitar a Constituição, e aqui eu quero ler um trechinho para vocês. Porque, se o prefeito é irresponsável, os secretários não podem ser. Têm que ser responsáveis e trazer aqui para nós uma solução. Na Constituição, art. 3º, inc. I, diz que nós queremos uma sociedade livre, justa e solidária. Inc. III, erradicando pobreza e marginalização, promovendo a dignidade da pessoa humana, art. 1º, inc. III também, assegurando a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, art. 170, inciso, justiça social; art. 170, inciso, justiça social. Que justiça social nós estamos buscando aqui? Emprestando à propriedade sua função social. Art. 5º, inc. XXIII e art. 170, inc. III. Nós temos 112 mil imóveis vazios, secretários, na cidade, que não tem função social. Por que a gente não pega um prédio desses que tem, em acordo com os moradores, um prédio desses bons, que os apartamentos valem mais de 200 mil reais, e conversa com os moradores se eles querem integrar um novo condomínio. Por que a Prefeitura não faz isso? Isso que eu queria entender. Continuo; para dar à família, base da sociedade, especial proteção. Isso está no art. 226 da Constituição, proteção à família. E colocando a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, maldade e opressão; art. 227. Nós estamos pensando nas famílias, nas crianças, nos adolescentes, na Constituição? Eu faço questão de ler a Constituição aqui, para quem talvez não conheça. Nós temos todos esses artigos e incisos que salvaguardam as famílias.

Então, enquanto o Estado, e aí falo os entes federados, não garantir esses artigos, não tem o direito de tirar as famílias de lá. O governo não tem esse direito de deslocar as famílias. Tem que respeitar a Constituição. É chegada a hora de respeitar a lei, senhores secretários. Eu espero que daqui saia uma solução. E eu fiz uma proposição. Que a Prefeitura dê um aporte suplementar de dinheiro, do DEMHAB. Porque não adianta ficar resolvendo os problemas da cidade, criados por um prefeito negligente, só com dinheiro federal. Eu parablenizo a Caixa, que está aí lutando, os servidores, tentando fazer, implementar, no Rio Grande do Sul inteiro. Não é só Porto Alegre. Mas nós temos que cuidar de Porto Alegre.

Então, aos moradores e moradoras do Sarandi, eu presto a minha solidariedade. O nosso mandato está inteiramente à disposição. E falo aqui também, como líder da oposição. Nós somos três partidos. Não estamos com o governo Melo. Nessas negligências, não estivemos. E agora nós queremos uma solução real. E chega de empurra-empurra, gente. Por isso que eu fiz questão de falar agora. Não adianta ficar falando o que está fazendo. Nós queremos a solução. Os moradores trouxeram aqui o problema. É esse problema que tem que ser resolvido, não é outro que, por ventura, o governo esteja elegendo, porque dinheiro para passar para os ônibus, R\$ 100 milhões, achou; achou R\$ 100 milhões e passou para as empresas de ônibus. Achou R\$ 3 milhões para comprar um ônibus, que comprou agora, elétrico, R\$ 3 milhões um ônibus elétrico, enquanto os outros milhares de ônibus tudo sucateado, mas daí ele fica fazendo vídeo, o prefeito, dizendo que essa é a maravilha, o ônibus elétrico. Desde quando o ônibus elétrico enche a barriga do pessoal do Sarandi e resolve o problema da moradia? Então, vamos inverter prioridades. Por favor. Menos encenação e mais ação.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Cravado nos sete minutos; é isso aí. Pessoal, tem mais três vereadores inscritos, Juliana, Felipe e Ustra. Depois a gente parte para ouvir as questões que o governo tem em relação a esses questionamentos. Acho que já está bem delimitado o nosso problema. Aí a gente

passa para os órgãos representantes para ver se a gente consegue sair daqui com uma síntese que facilite e execute, de uma forma digna, o Compra Assistida. Por gentileza, Juliana. Sete minutos, eu estou avisando com seis.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Muito obrigada. Bom dia, vereadora, presidenta Karen, bom dia aos meus colegas; o Marcos que, também, junto comigo, solicitou essa reunião; também aqui àqueles que estão debruçados nessa questão, seja do governo, da Caixa, do Governo Federal, Conselho Estadual de Direitos Humanos, a Defensoria, mas principalmente a comunidade do Sarandi, a comissão fiscaliza, a Associação de Atingidos pela Enchente. Esse povo que há muito tempo eu acompanho, não é de hoje, não é deste processo da grande enchente, da tragédia de maio, que a gente acompanha a situação dos moradores e moradoras do Sarandi, que convivem com alagamento há muitos anos. Estou vendo aqui a Andressa, lá da Francisco de Medeiros, que só em 2023 passou por duas enchentes; ali o Cláudio, lá do dique, que também passou por enchente em 2023, muito antes de se ter essa atenção voltada, quando os engenheiros do DMAE já diziam que era preciso fazer intervenções na cidade para que a catástrofe, que nós vivemos em 2024, não fosse na dimensão que foi.

Então, eu faço esse resgate porque, ao mesmo tempo em que eu fico feliz de nós podermos estar aqui buscando soluções comuns, eu fico triste de ver um processo que se alonga, de um sofrimento que eu conheço muito bem, porque eu estava lá, Ver.^a Karen, presidenta, no dia 3 de maio, evacuando justamente essas áreas desses moradores que estão aqui. Conheço cada família, porque fui em cada casa para dizer que era preciso sair, porque a água ia subir até o teto, e a gente não tinha nenhum alerta da Prefeitura naquele momento ainda.

Eu faço esse resgate, porque a incompetência do governo Mello, a negligência do governo Mello, o descaso e o abandono do Sarandi, por parte do governo Mello, são as marcas desse processo histórico, desde o dia 3 de maio, quando nós estivemos lá evacuando o Sarandi, na Aderbal, que ninguém acreditava, e todo mundo dizia: “Aqui a água nunca passou do joelho, nunca passou da minha

cintura, então eu não preciso sair”. E nós dizíamos, eu, a deputada Laura, o Maurício, que a água ia ir até o teto, a Prefeitura dizia que era para ficar tranquilo, e o prefeito foi para a rádio para dizer que o dique não tinha rompido, não é, Cláudio, na beira da tua casa. O prefeito foi para lá, para a rádio, para dizer que o dique não tinha rompido. Esse histórico de descaso, de negligência, ele atravessa esse processo, mas também um histórico de ausência de planejamento.

E nós chegamos hoje nessa situação, porque não houve um planejamento, inclusive, da execução dos cadastros, e aí, na época, o nosso secretário, que também tem sido um grande parceiro, eu quero fazer esse registro aqui, o secretário André Machado tem sido um grande parceiro da nossa luta nesse processo, um ponto fora da curva nesse governo municipal. O secretário não estava à frente do DEMHAB, mas a gente solicitou, em audiência pública, em agosto, um cronograma de execução dos cadastros, e não foi apresentado. E, para nós, era óbvio. Se você tem que fazer uma obra no dique, por onde você começa os cadastros? Por quem vai ser impactado pela obra primeiro. Não faz sentido, gente? Pois não foi assim. Os cadastros da Aderbal chegaram na Caixa em dezembro, depois do Natal. E é por isso, é por isso também que nós estamos aqui. Enquanto vários cadastros já tinham chegado muito antes, porque os primeiros cadastrados não foram os primeiros a serem impactados. A Caixa Econômica Federal recebeu, na véspera do Ano Novo, os cadastros desses moradores e moradoras que receberam, na sequência, uma notificação de que, em 28 de fevereiro, tinham que sair. Pois, meus amigos e minhas amigas, em dois meses, se eu tiver R\$ 1 milhão, eu não compro uma casa e executo o processo para entrar dentro dela. E quem está aqui e executa a política pública sabe disso. Então, é sobre essa falta de planejamento que não considera o sofrimento da população que nós estamos falando nessa mesa. Eu, apesar de apontar todos os limites, todas as incapacidades de resposta do governo Melo, sei que a prioridade que nós temos nessa mesa é resolver os problemas dos moradores e moradoras, eu, junto da deputada Laura Sito, do ministro e deputado federal Paulo Pimenta, fui conversar com o prefeito, fui conversar com

o secretário, chamamos o Conselho, a Defensoria, junto do Ver. Marcos, para a gente pensar alternativas. E o documento que foi enviado ao Ministério das Cidades, assinado por todos nós, propõe algumas alternativas que eu não tenho dúvidas de que são muito importantes para que a gente possa tentar avançar nesses casos específicos. Eu também estive lá na Caixa Econômica Federal para conversar sobre esse caso e também para conversar sobre os outros problemas que a gente está tendo no Sarandi, Vereadora, que nós vamos ter que trazer para cá também, porque nós estamos falando de 57 casas da rua Aderbal Rocha de Fraga, mas o meu amigo Cláudio também vai ser impactado pela mesma obra e ninguém está falando do Dique, ninguém está falando que as casas que estão ali logo atrás também vão ser impactadas, já estão sofrendo com a trepidação. E o Cláudio vai falar aqui logo na sequência, eu passo para representar essa realidade. Os nossos olhos ainda não estão atentos de forma adequada aos problemas reais desses moradores e moradoras que querem solução, e é a isso que nós temos que responder aqui, às alternativas que possam solucionar esse problema. Então, diante de um conjunto de inseguranças de quem, desde o dia 3 de maio, não dorme com medo da chuva, mas também não dorme porque não sabe o que vai ser do seu futuro, porque ainda não tem garantido que vai sair da sua casa para a sua casa, diante dessa realidade, nós queremos propor aqui mais uma vez que a gente tenha um plano de trabalho, construído por um grupo de trabalho, sobre realidades específicas, casos específicos. Tem uma moradora que tem dificuldade para achar um imóvel com acessibilidade, é um caso específico que nós precisamos tratar. Tem vários casos, tem os moradores que não querem ir para um lugar que não possa levar seus animais. Então, nós temos vários casos específicos que precisam ser tratados. Meu colega Ver. Jonas, nós precisamos tratar o planejamento urbano e as políticas de habitação de forma global na cidade, ocupar os vazios urbanos e ter moradia popular, mas os meus amigos e amigas do Sarandi, em sua maioria, querem morar em casas, não querem ir para apartamento e querem morar na Zona Norte. Por isso que, lá na Caixa Econômica Federal, fiz um combinado com a Caixa, que o nosso mandato, que tem um escritório no

Sarandi, junto com a deputada Laura, estará permanentemente informado sobre os cadastros de casas e apartamentos no Sarandi e na Zona Norte para disponibilizar para os moradores e moradoras. Então, eu acessei e vi quantas casas têm cadastrados no Sarandi. Tem apenas duas, e apenas uma foi negada na vistoria. Isso também é importante, para que a gente interrompa o processo de *fake news* que também rola lá no bairro. E o pessoal vá procurar a sua casa, porque essa é a tarefa dos moradores, ir procurar a sua casa e não acreditar e não reproduzir também mentiras que acabam acontecendo. E o disse me disse que, quando conta, aumenta um ponto, e a gente desorganiza o nosso processo. Então, o nosso escritório lá no Sarandi vai disponibilizar as casas, os apartamentos que temos no Sarandi e que temos nos demais bairros da Zona Norte. E, por fim, vereador, o outro combinado que fizemos, para que a gente possa acelerar esse processo, enquanto a gente não consegue avançar no tema dos pedidos que solicitamos ao Ministério das Cidades, é que o nosso mandato vai enviar para a Caixa os casos que chegarem até nós de casas que foram reprovadas na vistoria, para que a gente receba da Caixa o motivo da reprovação da vistoria por parte da engenharia e poder passar para os moradores fazerem um diálogo com os proprietários para arrumarem e fazerem a nova vistoria. São alternativas de mediação que a gente está buscando, porque a gente sabe que quem está nessa situação tem pressa e precisa ver resolvidos os seus problemas. E eu sugiro, vereadora, que a CUTHAB assine também este documento, que a gente possa, secretário, mandar novamente ao Ministério das Cidades, solicitando uma agenda com o secretário executivo e com o secretário de Habitação. Da nossa parte há também uma pressão para que o governo federal avance ainda mais nessa política que é uma política transformadora. Porque eu não tenho dúvida de que, no governo Bolsonaro, nós não teríamos moradia para as pessoas atingidas pela enchente no valor de R\$ 200 mil. Essa política de reconstrução é uma política de reconstrução da vida das pessoas e não apenas das cidades. Nós queremos que o governo federal avance, mas nós também queremos que a Prefeitura faça a sua parte e diga quanto vai dispor do seu próprio orçamento para complementar, como bem disse o Ver. Jonas, aquilo

que ela poderia complementar em termos de programa habitacional para os atingidos pela enchente do Sarandi.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver.^a Juliana. A gente tem mais dois vereadores inscritos e mais quatro representações do governo. A gente organizou a nossa pauta da seguinte maneira. Primeiro, a gente vai tratar das 52 pessoas que imediatamente precisam resolver a situação da compra assistida. Acho que o problema, novamente, está bem delimitado, mas, sim, vou abrir para os meus pares complementarem as questões para a gente ser objetivo nessa reunião. E, no segundo momento, as demais ruas que também vão ser impactadas pela obra. Então, vou pedir para que a gente seja conciso e respeite o nosso tempo de sete minutos para que a gente consiga sair daqui com os encaminhamentos delimitados. Já estou pegando algumas propostas de encaminhamento e, no final da reunião, eu leio para vocês. Ok? Vou passar, então, para o meu colega Ver. Felipi e, na sequência, ao Ver. Ustra. Ustra primeiro. Vereador Ustra e, na sequência, o Felipi.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Presidente Karen Santos, nosso Vice-Presidente Jonas Reis, nosso Ver. José Freitas, Ver. Marcos Felipi, Ver.^a Juliana, a representação aqui da Caixa Econômica Federal, nosso diretor Vicente Perrone, nosso diretor André Machado, nosso vereador também André Machado, está conosco aqui; Nelson Marisco, procurador-geral do Município, o Sr. Rafael Pedro, da Defensoria Pública do Município, demais órgãos aqui representados, os moradores do Sarandi. Bom, eu não posso vir aqui e deixar de falar, porque o meu partido, o Partido Liberal, tem uma vice-prefeita e nós somos governo. Obviamente que recebo as críticas aqui dos próprios vereadores da oposição e dos moradores. Então, estou aqui também recebendo as críticas e as demandas dos moradores. E, obviamente, vamos procurar a Prefeitura para verificar as melhores soluções para essa questão. Obviamente que os moradores não querem saber se a culpa é do governo federal, se é do governo municipal, se é do governo estadual, eles querem soluções. E nós estamos aqui,

acho que o senhor concorda comigo, nós estamos aqui para solucionar os problemas. Então, eu não vou ficar jogando para um, para outro. Então, eu, Ver. Coronel Ustra, que sou do Partido Liberal, estou aqui para buscar as soluções na CUTHAB para a solução dos problemas. E, obviamente, o Ver. Marcos Felipi e a Ver.^a Juliana trouxeram a pauta, e nós estamos aqui apoiando. E eu conheço o Ver. Marcos Felipi, que é um vereador que não é um vereador de gabinete, é um vereador de rua. O Marcos Felipi está sempre lá, sempre na rua, sempre inteirado dos problemas. Inclusive, nesse final de semana, estava lá pintando a Salzano Vieira da Cunha, não é, Felipi? Em vez de estar na praia, estava lá ajudando a escola que ia reabrir, estava lá pintando a escola. Eu tenho certeza que o prefeito Melo e essa equipe aqui do meu lado, está aqui o – que eu já conheço há muitos anos – Vicente Perrone, é uma equipe competente, e nós vamos, junto à Prefeitura, eu, como vereador, é a minha função, procurar as melhores soluções para a resolução dos problemas que, obviamente, são problemas graves, a gente se coloca no lugar dos moradores, para solucionar os problemas. Essa é a minha fala rápida aqui, Ver.^a Karen, para não me alongar, me colocando à disposição mais uma vez. Nós fazemos parte do governo, nós somos governo, então, recebemos as críticas e vamos procurar o prefeito Melo. Tenho certeza que o Ver. Marcos Felipi... O Ver. Marcos Felipi até pouco tempo atrás era secretário, até 31 de dezembro era secretário e, com certeza, um vereador competente, nós vamos procurar o governo Melo para solucionar os problemas. Apenas essa é a minha fala. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, vereador, pela manifestação. Ver. Felipi.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Rapidamente aqui. Eu falei na minha fala inicial, talvez algum vereador não tenha ouvido, para a gente tentar focar no tema da reunião, ser objetivo nos problemas, para que a gente possa resolver. Infelizmente, lamento a fala do Ver. Jonas Reis, que não falou nada com nada, não resolveu nada, não falou de nenhum assunto específico, culpou

o prefeito Melo, como se só a cidade de Porto Alegre tivesse sido alagada, foram mais de 350 cidades que foram alagadas, como se o prefeito de São Leopoldo, do partido dele, também fosse responsável pela inundação. E o povo já escolheu o caminho que quer, a eleição já terminou, 62% dos porto-alegrenses escolheram reeleger o prefeito Melo. Inclusive, no Sarandi, ele foi mais votado do que a sua adversária política, mas a eleição terminou. O Jonas Reis também comentou aqui sobre a Constituição. É bem claro na Constituição que a questão da proteção contra cheias compete à União. O governo federal fez as suas promessas, o Município tem a sua responsabilidade, sabe que tem que evoluir e reconhece isso, não está tudo perfeito, a gente sabe o que a gente viveu, só que aqui, este local aqui é o momento que a gente pode objetivar, de fato, os problemas, para poder resolver. Então, me somo à fala do Ver. Ustra, que também faz parte do governo Melo, tentando ser o mais objetivo possível. Também eu queria lamentar a Secretaria da Reconstrução, que foi colocada para cuidar de temas como esse. Participei de uma ou outra reunião *on-line* com o secretário Maneco, ele ficou dez minutos, disse que tinha algo mais importante para resolver. Entendo, já fui secretário, sei que tem outras pautas, mas, na sua fala, os seus dez minutos foram só para fazer propaganda do governo federal e não para responder à população. Numa reunião em que estávamos com o prefeito, ficou de ver possibilidades, estava presente, hoje não está presente. Eu entendia que ele deveria estar aqui, ou algum representante, porque uma secretaria que foi do governo federal que veio aqui e prometeu casa para todo mundo tinha que estar aqui para explicar, para dizer qual vai ser o prazo da resposta do documento que foi enviado para a Caixa Econômica Federal. Eu lamento que a Secretaria da Reconstrução não esteja presente aqui nesse tema, que é extremamente importante, em respeito às pessoas que estão aqui. A secretaria que foi deliberada pelo governo federal, que, na parte do *marketing*, tenta passar uma imagem que não é verdade, porque a gente sabe que tem muita gente sem casa. Sendo bem objetivo, respeitando o que o Edgar colocou aqui, foi feito um documento para a Caixa Econômica Federal sobre a questão da flexibilização dos imóveis e a questão da aglutinação de CPFs. Foi enviado

um documento para a Caixa Econômica Federal, porque hoje o impacto maior é a questão das pessoas poderem adquirir as suas casas; com a chave na mão, elas vão sair. Tem prazo para a resposta desse documento? Já tem uma resposta desse documento? Isso é muito importante, para que as pessoas saibam se os critérios vão continuar sendo os que estão hoje e não tem o que fazer, que vai ser aquilo ali, tem que se enquadrar no critério, o valor é aquele ali. E para que o aluguel, que é uma alternativa, também seja tratado de uma maneira mais objetiva. Quarenta cadastros já retornaram, as pessoas estão buscando, outros ainda estão em análise na Caixa. Também é importante que tenha um prazo para análise, por mais que seja compreensível que tem um número grande de cadastros para serem feitos, mas as 57 casas são prioridade neste momento por questão da obra de proteção contra as cheias. Aí reclamam do governo que não fez a obra. Quando o governo, com dinheiro municipal, começou a obra, aí reclamam que a obra agora está impactando. O governo está fazendo, tem licitação escolhendo empresa para reformar a casa de bombas, tem projeto terminando para a casa de bombas, inclusive, para a casa de bombas 10, do Sarandi, que vai levantar todos os painéis, colocar gerador no mezanino, ter automação. Então, o governo está se mexendo. A gente tem que ter aqui o tamanho da dificuldade e da complexidade que é. Existe o direito da moradia, como foi prometido, e é isso que nós estamos buscando aqui, mas as obras também precisam acontecer. Eu estava lá no dique, para fechar o dique, quando tinha 26 mil pessoas embaixo d'água, e tinha gente que não queria fechar o dique, porque quanto mais tempo o Sarandi ficasse embaixo d'água melhor era, politicamente, para algumas lideranças. Teve que ser fechado o dique, teve que ser feita aquela intervenção naquelas 37 casas, eu estava presente ali, para que o Sarandi pudesse secar, as pessoas pudessem entrar nas suas casas, limpar e tentar recomeçar a sua vida. Eu estava ali pessoalmente, o Perroni estava comigo também, quando começou a encher a Asa Branca e outros lugares, pedindo para as pessoas saírem. Então, assim, gente, essa comissão aqui, conforme eu falei no início, vamos tentar focar nos problemas, deixar a ideologia de lado e focar na solução. O povo aqui quer casa,

quer garantia, morar num lugar com dignidade, ter aquilo que foi prometido para eles. E o povo do Sarandi, de Porto Alegre, que é uma cidade protegida contra as cheias, que a gente sabe que, inegavelmente, é uma nova realidade climática do mundo todo, e a gente não quer que aconteça de novo na nossa cidade. Dito isso, muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada pela manifestação, Ver. Felipi. Vou passar para o Ver. Freitas, que se inscreveu, e depois a gente vai ouvir as representações do governo.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Bom dia a todos, a minha fala é bem rápida. Estamos tratando aqui hoje do Sarandi, mas a mancha é muito maior. É muito maior. Tem o Lami, tem o Guarujá, tem o Humaitá. Então, os problemas são muito maiores. Sendo maiores, mais famílias, e vai precisar de muito mais, um orçamento muito maior. E aqui precisamos da união dos governos, como já foi falado, porque não é só o municipal, não é só o estadual nem só o federal. Infelizmente, eu não vou poder ficar aqui porque eu tenho médico agora ao meio-dia, eu gostaria muito de ouvir o DEMHAB – sei que estão trabalhando intensamente – e Caixa Econômica. Eu queria fazer uma pergunta aqui para a Caixa, porque eu conheço muitas famílias que têm um imóvel até R\$ 200 mil, se cadastraram e nunca foram chamadas. Eu acredito que seja por causa dessas burocracias todas, mas tem muitas pessoas que, em Porto Alegre, o levantamento foi feito pelas imobiliárias, se não me engano tem em torno de cinco, seis mil imóveis. (Pausa.) Quatro mil? Quatro, cinco mil imóveis nesse valor. E eu conheço pessoas que se cadastraram e nunca foram chamadas para vender o seu imóvel, enfim, negociar com a Caixa Econômica. Então, temos pessoas, todos os vereadores, esse grupo aqui, empenhados, a CUTHAB, com certeza, vai se debruçar, o Ver. Felipi tem expertise, porque era secretário de obras, estão todos aqui empenhados, e nós nos colocamos à disposição para que, o mais rápido possível, seja solucionado o problema não só do Sarandi,

mas de Porto Alegre. Nos colocamos à disposição. Um abraço, e peço licença, porque eu tenho médico daqui um pouquinho. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver. Freitas. Vamos passar, então, para ouvir as representações do governo sobre as questões que ficaram aqui. Acredito que vocês tenham anotado os principais questionamentos, mas, para ressaltar, DEMHAB, o prazo da notificação para a saída e remoção das famílias, dia 28 de fevereiro, será mantido? Somas dos bônus moradia, mais compra assistida, Caixa, é possível hoje pela normativa federal? Prefeitura de Porto Alegre, DEMHAB, procurador Marisco, há possibilidade, vocês vislumbram contemplar as famílias com as somas de bônus-moradia, a partir da indenização pela própria Prefeitura? Há algum prazo para o retorno desse documento, desse ofício que foi enviado ao Ministério das Cidades e à Secretaria de Reconstrução? Essas são as questões que eu peguei, vocês devem ter também anotado outras questões. Quem prefere iniciar? Por gentileza, então, representação do DMAE, Vicente Perrone, diretor adjunto.

SR. VICENTE PERRONE: Obrigado. Bom dia a todos, principalmente aos moradores. Acho que é um importante momento de fala aqui, de mostrar o comprometimento do DMAE e da gestão municipal na resolução dos problemas. Entristece-me, mas não me surpreende a fala do Ver. Jonas, com todo o respeito – meu cargo não é político –, e da Ver.^a Juliana também, com quem a gente teve boas conversas na Frente Parlamentar de Proteção Contra Cheias, mas eu acho que a gente tem que buscar a solução do problema e não a discussão política. Eu entendo, são pessoas que têm o seu cargo, a sua legitimidade na discussão política e isso faz parte do processo, mas eu acho que é muito importante... Poderia, como disse o Ver. Felipi, citar o artigo 21º, inciso XVIII da Constituição: “Cabe ao governo federal, a proteção e manutenção contra cheias”. Sabemos que o DNOS acabou no governo de 1989, governo Collor, e a Prefeitura, naquela época, era da gestão da Frente Popular. Então, a minha fala política se encerra aqui, porque, como disse o presidente da comissão, que eu acho que deve ter

saído, foi ao banheiro, a espada está na cabeça do DMAE, e conviver diariamente com essa obrigação é rotina no DMAE. Por isso, desde o momento um, quando a gente teve toda a tragédia acontecendo, isso foi incorporado por toda a instituição do DMAE. Eu não digo diretoria-geral, eu não digo nenhuma diretoria específica, cargos em comissão ou funcionários públicos. São diversas licitações, são diversas obras acontecendo, são diversas contratações, seja de geradores, seja de quadros, seja de limpezas de rede, de supersugadores e todo o apoio ao DEMHAB, à Caixa Econômica Federal. Mas cadê o Governo Federal? Nas promessas era: “Independentemente do tamanho da casa, o Governo Federal pagará uma residência automaticamente”. Essa era a fala do Presidente Lula, do Paulo Pimenta e de todos os seus assessores. A gente vê burocracia, burocracia e burocracia e burocracia. Temos problema no Município? É óbvio que temos. O Governo Estadual está junto com o Município. Temos reuniões sistemáticas de empenho de dinheiro que veio do Governo Federal, vai ser operacionalizado pelo Governo Estadual com projetos do Governo Municipal. São exemplos muito claros de coisas que estão funcionando. A questão da moradia não está funcionando, por inação do Governo Federal. Isso deveria ser responsabilidade do Governo Federal e não está sendo feito.

Todo o tempo de sobra que tenho aqui: temos os prazos, a contratação está feita, as obras, as máquinas contratadas pelo DMAE estão prontas para ir a campo. O dique da FIERGS está sendo feito, a casa de bombas 9 e a casa de bombas 10 foram refeitas. Ontem colocamos o segundo gerador na casa de bombas 10. As licitações de fechamento de comportas já foram feitas, umas já iniciaram. As obras de melhorias nas casas de bombas 17 e 18 já estão finalizando. Todas as limpezas, são mais de 3.500 bocas de lobo limpas nos últimos seis meses, são 31 equipes diariamente limpando bocas de lobo, postos de visita e assim por diante, e automação em casa de bombas sendo feita. Mas eu acho que a gente precisa, e é um pedido pessoal, a sensibilização da Caixa Econômica Federal. A gente não pode ter o tratamento, eu já fui em duas reuniões com o prefeito Melo, com o Marcus Vinicius, com a Ver.^a Juliana, no Centro Administrativo Municipal, pedindo encarecidamente para a Caixa

Econômica Federal – e pelos relatos aqui, estou curioso para ver a fala dos representantes da Caixa Econômica Federal –, mas o processo não mudou. Agora, querem que vire R\$ 350 mil, está aqui o diretor do DEMHAB e o competentíssimo procurador do Município Marisco, que conhece isso provavelmente como poucos na cidade. Será que teremos que dar R\$ 350 mil, se a Caixa flexibilizar, duas famílias, uma casa de R\$ 400 mil? E o ITBI, que a gente não falou, ninguém falou no ITBI, o Município tem uma lei aprovada pela Câmara dos Vereadores de isenção de ITBI, que é 3% do valor, e o governo federal não veste a camiseta da flexibilização do ITBI? Em outras cidades teve moradores que pediram isso. Estou falando de relatos que ouvi em reuniões que tiveram de municípios que não têm a isenção do ITBI, e isso deveria ser uma atitude do governo federal, de aglutinação das demandas dos municípios, dos demandantes com os municípios. Então encerro minha fala e toda sobra de tempo são aos técnicos, mas é um desabafo e um pedido encarecidamente. Acho que o Ministério Público deveria estar nesta mesa, pois é um grande mediador, sempre apoiou todas as medidas. Se vai ter uma flexibilização de prazo, é importante a Defensoria, o Dr. Rafael, sempre imbuído também. Acho que não pode caber ao município colocar nas costas do município uma mudança de prazo, e se há uma chuva no dia 1º de março, no dia 1º de abril, no dia 1º de maio, vai voltar, de novo, o ponto que o DMAE não fez as obras. Ou a gente veste a camiseta, todos, a favor da cidade e todos são parte da cidade, isso eu digo a Caixa Econômica Federal, o governo federal, estadual e municipal, a Câmara dos Vereadores, a Defensoria, o Ministério Público e todos, ou a gente vai ficar, de novo, com uma acusação perante a outra e não vamos chegar na solução. Então o meu pedido é que olhemos a solução prática, daí corroboro com a fala do Júlio, que acabou de voltar, que a gente precisa uma resposta do Ministério das Cidades – flexibiliza ou não flexibiliza, e isso seja divulgado. O prefeito Melo sempre teve em todas as mesas de negociação e nos pede encarecidamente que a gente esteja em todas as reuniões. É a segunda, terceira ou quarta vez que eu venho à Câmara em um mês e dez dias.

Então, a gente precisa de solução – solução! E a solução só vai vir a diversas mãos. E o discurso político acaba tirando o foco do principal ator desse processo, que é quem tem todo o recurso para conseguir as 5, 6, 7, 10 mil residências que Porto Alegre precisa neste momento. Então, obrigado e bom dia a todos e contem com o DEMAÉ nesse processo de reconstrução da cidade.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Perrone. Eu não vou permitir que, nesta comissão, tenha bate-bola. Eu tenho uma metodologia que apresentei no início e eu peço que os vereadores e os presentes respeitem. Eu sei que as questões estão sendo trazidas, eu estou retomando as questões para a gente sair do debate político-ideológico, eu preciso que as apresentações do governo sejam objetivas também em relação aos questionamentos que foram trazidos aqui. Vai haver modificação da normativa do Ministério das Cidades? O Ministério das Cidades não está aqui para dar esse retorno para nós, mas a gente tem que sair daqui com algum responsável para buscar esse retorno. Além disso, há possibilidade da soma dos bônus moradias e de uma indenização diretamente pela Prefeitura para as casas que não são contempladas hoje pela compra assistida? Há possibilidade hoje, no programa da compra assistida, de haver a soma da compra assistida com o bônus moradia do município? Eu acho que tem algumas questões que são de ordem dos que estão presentes, que a gente consegue ter uma resposta se sim ou se não – e aqui está o secretário André Machado –, se é regramento municipal, lei a gente muda. A gente mudou num tempo recorde aqui a lei que permite a soma dos bônus moradias, para contemplar lá a Casa da Mãe Sandra do Bará da rótula, que ia ser impactada pelas obras. Então, se tem questões que a gente pode tratar aqui no município, a gente vai tratar.

Em âmbito de governo federal, aí também acredito que temos que fazer, sim, Juliana, essa articulação e essa pressão necessária para que, entre aspas, desburocratize. A burocracia é importante porque evita a corrupção, mas para que a burocracia seja efetiva, a gente precisa de serviço público, a gente precisa de servidores, corpo técnico, corpo político, que eu percebo que hoje é o principal

limite para que a gente consiga efetivar as políticas públicas, um Estado desse tamanho. Então, faltam pessoas para conseguir colocar as políticas em movimento, mas aí já é uma intervenção minha.

Vou passar para o secretário André Machado, por gentileza, secretário.

SR. ANDRÉ MACHADO: Bom dia a toda a comunidade do Sarandi, que está aqui presente; bom dia a todos os componentes da mesa. Saúdo, a partir da Ver.^a Karen, presidente desta comissão, a todos os demais vereadores e vereadoras aqui presentes, meus colegas de governo, enfim, todos os demais que estão por aqui. Eu peço licença, vereadora, para tentar fazer um arrazoado para que a gente possa compreender como a gente chega neste momento. Obviamente, os moradores sentiram na pele tudo que se passou no mês de maio do ano passado, mas essa situação muito específica da Rua Aderbal Rocha é muito simbólica para todos nós, porque nós estamos tratando aqui diretamente da primeira comunidade afetada por obra no município de Porto Alegre, relativa à enchente. Nós teremos outras obras no Município que estamos trabalhando, como é o caso da Tio Zé Careia, lá onde é uma obra do DNIT, do governo federal. Teremos, depois, o resto do dique do Sarandi.

Então, nós estamos falando aqui agora de 57 famílias, mas só no Sarandi falaremos ao final, quando as outras obras avançarem, através do dique Sarandi, do resto da Aderbal. Aqui nós estamos falando da Aderbal, mais ou menos, do número 900 para cima, do lado par. Nós vamos chegar a 1.700 famílias só no bairro Sarandi, somando ali também o outro lado do dique, da Severo Dullius, que está dentro do mesmo mapa, mais Ilhas, mais região do Humaitá. Há dois processos de reassentamento, de atendimento no Compra Assistida que precisam ser compreendidos. Um deles se dá por reassentamento, que são nos lugares que não estão protegidos ou não estarão protegidos no futuro com obras dos diques. E outros que se dão por laudo, que são aquelas casas que tiveram a sua estrutura definitivamente abalada e são, dessa forma, percebidas pelos técnicos contratados ou do município. Pois bem, há 57 famílias da Aderbal e há 57 moradias... Já conversei com o Claudir, que está bem ao lado, não é, Claudir?

Tua casa é logo depois do rompimento. Ela se dá através de uma análise técnica do DMAE. E tenho conversado com o engenheiro Brino, que atende ao Perrone. Então, são casas ou que precisará ter maquinário ali no local ou que vão ser afetadas na sua estrutura pela circulação de argila e de outro material naquela região, isso nos foi passado. Havia uma previsão do DMAE, lá pelo mês de novembro, de que em fevereiro precisaríamos começar a trabalhar. Só que essa obra terminou, a obra da 10 a 9, muito antes do prazo que se imaginava, porque não havia casas, era uma região mais tranquila e acabou precipitando esse processo. Ao longo do mês de janeiro, começou a ver – está aqui o Edgar, que a gente tem conversado bastante – uma série de discussões na região sobre como seria. “Ah, vão passar o trator por cima, não vão nos dar nada, vão nos tirar de qualquer jeito.” Pois bem, nós entendemos em fazer um documento, que foi entregue por um servidor público a cada uma das 57 famílias, para que as famílias que vão ser afetadas, que são essas 57 que receberam o documento, pudessem saber em cima de que estão discutindo. Porque como é que você vai discutir se você não conhece qual é a proposta? Então nós destacamos, enfim, tem um arrazoado ali na frente, vou ler a parte final do documento. (Lê.): “Através do Departamento Municipal de Habitação, o Município formaliza a comunicação de que a sua moradia, localizada na Rua Aderbal Rocha de Fraga, está entre as que deverão ser desocupadas, tanto para a realização da obra, quanto para a segurança das próprias famílias. Os nomes de todos os titulares já foram encaminhados para o governo federal, a fim de que sejam atingidos no benefício Compra Assistida, criado para o atendimento das famílias que tiveram suas casas afetadas pela enchente de maio no Rio Grande do Sul. O programa consiste na aquisição, pela Caixa Federal, de imóvel de livre escolha do beneficiário, seguindo as regras do próprio programa. Os detalhes podem ser acessados no *site* do banco, buscando por Minha Casa Minha Vida Reconstrução. Ciente dos trâmites burocráticos para a concretização do imóvel legalizado [e eu quero dizer que a burocracia nem sempre é ruim, nós estamos falando de imóveis legalizados que constituirão, ao final, propriedade para os beneficiários], a Prefeitura de Porto Alegre disponibiliza o benefício Estadia

Solidária, que consiste no pagamento de 12 parcelas de R\$ 1.000 para que auxilie os beneficiários com o custo da moradia no período da transição. Cabe ressaltar que uma vez na lista do governo federal, o beneficiário terá 60 dias para a escolha do imóvel [para que faça a escolha, e isso depois a Caixa pode explicar melhor para nós, não é que tenha que fechar o negócio em 60 dias]. Caso não esteja concluído no prazo de 12 meses das parcelas do Estadia Solidária, este será renovado até a entrega do imóvel escolhido.” Ou seja, nós nos comprometemos que, se a família não conseguir encaminhar o imóvel em 12 meses, e é totalmente possível que consiga, nós seguiremos pagando Estadia Solidária depois desse período. Eu quero fazer aqui, a Cida referiu a questão do aluguel social, para explicar a todos vocês, sempre que a gente fala em Estadia, o Edgar seguidamente se refere: “Não queremos aluguel, não queremos aluguel”, o Aluguel Social, que não é o Estadia que está sendo proposto para vocês, é um benefício, eu acho importante, vereadores, eu peço uma atenção nesse ponto, porque são dois benefícios que se colidem e, por vezes, as pessoas fazem confusão entre eles, e eles são bem distintos. Inclusive ressalto aqui que por intervenção desta Casa, que aprovou o benefício do Estadia Solidária. O Aluguel Social é um benefício histórico do DEMHAB, onde o DEMHAB aluga diretamente de quem está locando o imóvel e paga diretamente àquela pessoa o aluguel, que é um benefício de R\$ 700, que é pago lá para muitos moradores da Tronco, pessoas que foram afetadas em áreas de risco, Vila Liberdade, enfim, que nós fomos resolvendo ao longo do tempo com o Bônus Moradia. E aí vem o que a Cida coloca: de vez em quando tem lá a situação de que o cara não quer mais alugar; houve, por algum motivo, um atraso em determinado momento – a gente trabalha contra isso, isto é o Aluguel Social. O Estadia Solidária é um benefício de R\$ 1.000 por mês, de livre utilização pelo beneficiário. É o beneficiário que vai decidir se ele, com esse valor, vai fazer um contrato de locação e pagar, se ele vai para a casa de um parente e ajudar na manutenção. Eu vi, numa reportagem da RBS TV, um morador da Aderbal dizendo que estava na casa da mãe, porque a casa dele não tinha condições de habitabilidade. Ou seja, ele poderia usufruir desse valor de R\$ 1 mil e auxiliar a mãe nas despesas

da sua casa. A via, vereadores e comunidade, quem faz o pagamento do Estadia Solidária, neste momento, é a FASC, é a secretaria que a sucede agora, a Secretaria de Assistência Social. Uma intenção de se fazer o disparo para o pagamento automático do Estadia Solidária. Eu solicitei que não fosse feito dessa forma. Então, foi encaminhado, e todos vocês devem ter recebido, um WhatsApp, ou 57 pessoas devem ter recebido, estou falando para os 57 moradores da Aderbal, perguntando quem desejaria ingressar no benefício do Estadia Solidária. Dos 57, até o dia 3, 34 pessoas haviam dito que “sim”, que querem o Estadia Solidária. Essas pessoas receberão a primeira parcela no dia 17/02. Nós estamos invertendo a lógica do pagamento. Nós estamos aceitando pagar antes, para que as famílias possam ter a possibilidade de fazer a sua organização. Uma pessoa aceitou o benefício depois do dia 3. Essa pessoa receberá a parcela no dia 28 de fevereiro, e assim receberá todo mês. A cada 30 dias vão recebendo a parcela. Uma pessoa recusou, e tem outros 11 casos aguardando aceite e outras pendências. Quero destacar, vereadores, que a gente teve um avanço muito grande pela forma sincrônica, pela parceria que nós trabalhamos com o governo federal, no número de famílias que estão dentro do programa Compra Assistida. Nós tínhamos 31 até poucos dias, e era menor esse número. Hoje nós temos, se não me engano, 46. Tem mais duas ou três famílias que estão para entrar na próxima lista, que vem agora. A gente tem avançado. Tem casos que não tem solução, que nós vamos ter que sentar com o governo federal, porque são famílias que excedem a renda do programa, porque o programa está limitado a uma renda de R\$ 4.700, e esses casos a gente vai precisar trabalhar. Quero, Ver. Jonas, compartilhar a informação de que o Município de Porto Alegre já atendeu, com recursos próprios e do governo do Estado, neste momento, 60% do Município e 40% do governo do Estado, 4.496 famílias no Estadia Solidária. Hoje, no dia de hoje, nós temos 3.397 famílias no Estadia Solidária, que significa de recursos só do Município de Porto Alegre, mais de R\$ 2 milhões por mês, que são colocados dentro desse programa. Eu estou aguardando os números gerais do que o Município já investiu no Estadia. Porque coube ao governo federal a disponibilização da moradia definitiva e, ao

Município, a moradia transitória. De qualquer forma, quando houve a enchente e as primeiras famílias precisaram ser retiradas do Dique, lá no Sarandi, quem estava na gestão naquele tempo, e vocês, vereadores lá da região, acompanharam, lá já foram pagos 29 Bônus, os últimos foram pagos na semana passada, tem um em tramitação e tem 14 pessoas que ainda não complementaram a documentação no processo. Isso é muito importante para quem vai ser atendido no Compra Assistida. O benefício só é pago, como disse a Ver.^a Juliana antes aqui também, quando o interessado vai lá, busca, encaminha seus documentos. Então isso é muito relevante nesse processo. Eu fiz contato, agora pela manhã, eu ressalto, em que pese discussões políticas que têm aqui, a nossa relação com o governo federal, com a Secretaria Nacional de Habitação, através do secretário Augusto Rabelo, com o secretário executivo do Ministério das Cidades, ex-secretário nacional de habitação, Hailton Madureira, sobre o ofício que nós mandamos. Esse ofício foi construído numa reunião, que foi solicitada pelo Ver. Marcos Felipi, com o prefeito Sebastião Melo, com a presença da Ver.^a Juliana, com a presença da deputada Laura Sito, do Dr. Rafael, do Júlio, de tantos da comunidade. Nós assinamos um documento onde nós pedimos duas flexibilizações. Uma, nas questões registrais, que basicamente é que nós pudéssemos substituir o habite-se por um termo de responsabilidade técnica, de um engenheiro, ou de um arquiteto, dizendo que aquela casa, sim, ela é uma casa regularizada, ou num terreno regularizado, mas dizendo que aquela casa, sim, tem condições de habitação. O nosso interesse é ampliar oferta dentro da caixa, para que vocês possam buscar, entre mais casas, a sua possibilidade. Falta uma resposta definitiva ainda, o secretário Augusto deve vir a Porto Alegre na sexta-feira, tem uma previsão dele vir na sexta-feira, nos encaminhou hoje pela manhã o representante do Ministério das Cidades, aqui em Porto Alegre, o Giordano, mas há uma sinalização de que esta parte possa ser positiva. Então, eu acredito vereadores, e a todos, que a gente consiga avançar nisso agora. Agora, estou com a Caixa aqui na frente e a Caixa sabe que, entre a decisão tomada e a gente conseguir efetivar o processo, vai uma avenida até que as normativas estejam prontas e de fato possam ser acolhidas.

Eu e o Nenê estamos em vários grupos de várias comunidades, das Ilhas, do Humaitá, e, por vezes, as pessoas direcionam artilharia contra a Caixa, mas a Caixa tem avançado muito no processo e aprendido a trabalhar com um processo que é novíssimo, que é inovador, e a gente tem conseguido, de uma forma republicana, trabalhar junto entre os entes. Eu destaco a questão dos correspondentes, é uma ideia que vem tramitando há três meses e que agora tem se tornado realidade para dar agilidade nesse processo. Tem mais uma informação que eu acho importante ressaltar aqui. Nós temos falado com o Ministério Público Federal na construção de um termo de ajustamento de conduta, nisso o secretário também deve estar junto conosco nos próximos dias, com a Dra. Ana Paula, nós temos nessa última reunião essa possibilidade, para que dê segurança ao governo federal, para que possa fazer as flexibilizações. Não há ainda um encaminhamento que seja positivo na questão do agrupamento dos valores do Compra Assistida, e isso eu julgo muito importante para que a gente possa construir, como construir, vereador, no âmbito do Município, no caso da casa da mãe Sandra, que a senhora referiu, uma possibilidade de atendimento a característica de determinadas famílias, que é justamente essa questão de conviver juntos. Eu não vejo, Ver. Jonas, Ver.^a Karen, possibilidade de bônus moradia agrupar com Compra Assistida, porque eu estaria dando dois benefícios habitacionais para mesma pessoa. Se houver o entendimento de que haja necessidade da criação de uma nova política, nós temos que ver questões tanto orçamentárias, quanto de que forma se daria. Reforço que o Município tem empenhado recursos significativos no Estadia Solidária, que tinha uma previsão de encerramento em junho, sabemos que precisaremos continuar com essa política e ela continuará caindo sobre os ombros do Município, muito especificamente. Para concluir, informo, Ver. Jonas, Ver.^a Karen, Ver. Marcos, Ver. Ustra, Ver.^a Juliana, que nós encaminhamos, junto ao Ministério das Cidades algo que vem ao encontro do desejo de muitos vereadores dessa Casa, uma política com a qual eu concordo, de retrofit para habitação de interesse social em prédios que estão vazios no centro de Porto Alegre. E a gente entende, isso está tramitando lá junto com o secretário Hailton, que nós vamos poder

atender nesse processo aproximadamente mil famílias. E, claro, tem questões que eles não se enquadram 100% na regra do Minha Casa Minha Vida Reconstrução, e a gente está buscando justamente essas avaliações. Encerrando, de fato, foi publicado pelo Ministério, nós assinamos na Caixa, aliás, estamos com o ministro Rui Costa aqui na outra semana, o prefeito Melo, o governador Eduardo Leite, 523 casas que serão construídas dentro do Minha casa Minha Vida Reconstrução na Lomba do Pinheiro. E essas casas são casas que poderão atender também essa comunidade. São beneficiários de toda cidade, mas é um encaminhamento possível de que, por exemplo, se a solução unicamente para famílias é casa, essas casas poderiam atender. A gente tem período ainda de construção dela, além das casas que nós recebemos de doação do Sinduscon, as quais devem ficar prontas no mês de junho, no bairro Glória, em Porto Alegre.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Trinta e uma. Desculpe me estender, vereadora, mas eu entendi que eram informações importantes e sigo à disposição. Me permita só uma frase que acho importante. Se fala muito sobre a questão da possibilidade de prorrogação do prazo. Nós já discutimos esse tema, no âmbito do Município, e eu defendia essa situação, pensando na situação das famílias, mas o que nós estamos tratando aqui é uma questão técnica, e, aí, quem diz isso para nós são os engenheiros do DMAE, não é a direção do DMAE. Quem disse que precisa fazer a obra agora foram os engenheiros do DMAE, que vão ao local. Eu fiz um questionamento a respeito da proteção, já que nós vamos avançar 300 metros no dique, de que se haveria proteção, e os técnicos dizem que “sim”. Aí eu acolho a um posicionamento técnico que é colocado, mas sempre deixando claro que a gente está sempre disposto a buscar as melhores soluções para as famílias.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, secretário. Então, pelo que a gente entendeu, não tem a possibilidade dessa flexibilização da saída; a remoção no dia 28 de fevereiro está mantida. E, pelo que eu entendi, também não tem a possibilidade da soma do bônus moradia com o Compra Assistida. O governo municipal não vislumbra, porque teria que fazer todo um novo arranjo jurídico e político. A solução que vai seguir sendo apresentada é a Estadia Solidária, podendo ser por mais um ano, além daquilo que está previsto em lei. Pelo o que eu estou compreendendo é isso.

Vou passar a palavra para o representante da Caixa Econômica Federal.

SR. TIAGO HELDEIRA NENÊ: Pessoal, bom dia, vereadores, comunidade, agradeço a oportunidade de falar novamente com vocês, a gente conversou outras vezes, Edgar, buscou uma agenda com a Defensoria também, a secretaria de habitação muito presente conosco, eu queria só puxar um assunto que ele é bem importante, para deixar bem claro – e eu compreendo as angústias das pessoas -, que não é a caixa que criou as regras do programa; a caixa ela executa um programa que veio pronto. Não somos nós que colocamos que o valor é de R\$ 200 mil por moradia. No programa, foi definido que teria esse valor de R\$ 200 mil. A gente entende que para algumas famílias ele super atende, atende plenamente, e para outras famílias pode ser que não atenda. E esta questão de atender ou não as características do programa, ela está no direito da família de escolher o seu imóvel ou não. Porque nas portarias que falam sobre o programa, ele não determina que a pessoa tenha a obrigação de apresentar um imóvel para Caixa no prazo de 60 dias. É dado a ele uma janela de tempo de 60 dias para ele apresentar o imóvel que tem as condições que ele entende que seja razoável, possível de ele morar em qualquer cidade do Rio Grande do Sul, inclusive. Então, o programa tem algumas características próprias. Ele tem um regramento, que é a Lei do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, que é a [Lei nº 11.124/05](#), que determina alguns papéis, e lá fica bem claro que a Caixa é o executivo: a gente executa o programa como ele está definido. Então, dentro desse processo, posso dizer para vocês que nós já assinamos no Rio

Grande do Sul mais de 500 contratos do Compra Assistida. E, ao assinar mais de 500 contratos, posso dizer, lembrando que lá, após a enchente, quando saiu a Portaria nº 524, que criou o programa, que nós tínhamos só a portaria. Ele foi construído do nada, da ideia e da determinação. No começo, foi um pouco complicado, mas o programa está em evolução e ele é bem melhor hoje do que o que foi antes. Até respondendo à pergunta que o Ver. Freitas fez com relação aos que cadastraram o imóvel, todos os que cadastraram o imóvel têm resposta sobre a situação do seu imóvel no site da Caixa. Está lá a informação. Tem uma cartilha que orienta o vendedor no programa. Então, não há nenhum sem resposta. A gente não ligou para cada pessoa que está querendo vender um imóvel, nós não fizemos isso; a gente fez as contratações, a gente foi atrás e buscou as questões relacionadas à engenharia. Nós tivemos alguns problemas relacionados à negativa de aprovação do imóvel, e a vereadora perguntou o que aconteceu sobre esse imóvel que foi negada a vistoria, todos eles têm a possibilidade do diálogo, no sentido de dizer que o imóvel não foi aprovado porque tem uma janela quebrada, uma pia que falta. E o programa exige que tenha pia, que tenha torneira. E, em muitos casos, a gente já aprendeu, e os corretores e os vendedores já aprenderam que, se não tiver torneira, nem vai para a vistoria, porque não vai passar. Porque a ideia do programa é que a pessoa, ao receber o imóvel, possa se mudar no mesmo dia. Ela não precisa ir em uma loja, comprar isso, comprar aquele outro, para poder botar um chuveiro na casa. E, muitas vezes, a gente vai alugar um imóvel e chega lá e não tem pia, não tem torneira, não tem chave de luz, não tem nem lâmpada. Acontece isso, mas, para o programa, ele tem que estar em condições plenas para a pessoa habitar, para ela morar. Também faz parte do programa algumas exigências relacionadas, e parece que vai ser superado, e tomara que seja, e, ao ser superado, a gente vai executar, como é determinado, a questão do habite-se. Hoje, pede-se que o imóvel tenha um habite-se, que ele esteja regulamentado perante o Município. Ao ser superado, ou a gente tiver uma nova orientação, tão logo as nossas normativas estejam vigentes... Porque, no direito público, a gente só pode fazer o que está escrito. Tudo o que a gente executa na Caixa tem que

estar escrito de alguma forma para a gente executar. O Guilherme, que é da área de engenharia, não pode, da cabeça dele, dizer que, a partir de agora, não precisa nem ter porta na casa. Se ele fizer isso, ele está agindo contra um regramento que a empresa coloca. Nós precisamos executar o que é colocado como determinação. Eu estou acompanhando o processo desde o começo dos primeiros beneficiários... Também outra coisa importante para dizer: não é a Caixa que aprova as pessoas, não é a caixa que aprova as famílias, é o Município que faz o encaminhamento ao governo federal, através do Dataprev, e, após a análise, a Caixa recebe a lista dos aprovados. A gente não aprova e não nega ninguém. A gente recebe a lista dos aprovados e faz a publicação no *site* da caixa. Para deixar essa questão bem clara também. O programa evoluiu na linha do tempo. No começo, tivemos alguns problemas relacionados ao que era de enchente e o que não era de enchente, mas ele evoluiu. Nós temos hoje todos os correspondentes bancários da Caixa participando do processo, o que deu uma escala significativa das assinaturas de contratos. Nós ainda temos um problema que precisa evoluir – e eu imagino que lá na última reunião com o MPF foi tratado – com relação ao tempo do registro no cartório. Para que a gente tenha... Eu ouço a expressão entrega de chaves. Quando é uma obra pública que o governo federal constrói, há um momento em que há a entrega da chave para as pessoas. Quando você faz uma compra de um imóvel particular – o Compra Assistida é uma compra particular, só que quem paga é o governo federal –, a entrega da chave se dá quando o vendedor do imóvel diz que recebeu, que está com a chave. “Recebi o dinheiro, está aqui a chave”. E esse recebimento do dinheiro ocorre depois do quê, pessoal? Depois que registra no cartório. Precisa registrar no cartório do registro de imóveis. Você sai de lá com um imóvel, com a matrícula, com o seu nome no imóvel. É um bem seu e da sua família dali para sempre. Então tem esse tempo do cartório. E, às vezes, o tempo do cartório não é o mesmo para um cartório que é ao lado do outro. Vou pegar, por exemplo, uma situação que aconteceu com uma moradora que era aqui de Porto Alegre e foi morar em Gravataí. Ela até me mandou um WhatsApp agora há pouco aqui. Foi para registro, registrou, tudo certo, veio a matrícula para a

gente conferir – é uma centralizadora da Caixa que faz essa conferência –, e, na hora de fazer a conferência, o cartório colocou que quem fez a doação foi o FAR. Só três letras: F-A-R. E sendo que, na verdade, deveria ter descrito Fundo de Arrendamento Residencial, conforme todos os cartórios fazem. Precisou voltar no cartório, para o cartório fazer o registro, foi de volta para fazer o ajuste. Tivemos um caso aqui em Porto Alegre que foi bem interessante. Tivemos que reemitir a guia de ITBI, porque foi impugnado no cartório. Não peguei exatamente o ponto do porquê que teve que reemitir a guia – até porque eu estava em férias, estou retornando hoje –, mas pode ser que tenha sido porque o número do prédio ou do apartamento estivesse 104 e foi apartamento 4, por exemplo. E a guia de ITBI é de valor zero. Nenhum morador paga ITBI. E é uma exigência da normativa. E os municípios que não têm estão fora. O município que não tiver a lei de isenção de ITBI está fora. Ele precisa dar essa isenção e é uma competência do município. E a gente faz a articulação para o município. A gente tem alguns casos em que a gente fala: “Olha, precisa, a gente auxilia”. Tramandaí fez, e várias cidades da volta fizeram exatamente a mesma lei de Tramandaí, só mudou a questão do município para dar essa liberdade. Mas, neste caso que eu estava comentando sobre Porto Alegre, em que a gente teve que reemitir a guia do ITBI de valor zero, porque existe uma guia, o valor dela é zero, mas existe a guia. O cartório impugnou porque a guia não estava correta. Eu não sei exatamente o que não estava correto na guia, mas, enquanto não suprir todas as exigências do cartório, não há o pagamento ao vendedor. E, se não há o pagamento ao vendedor, não há a entrega do imóvel para a pessoa. Então, tem algumas séries de etapas que extrapolam a nossa ponta com relação à Caixa, que são fora do nosso escopo.

Eu lembro que foi colocada essa questão e, hoje, nós estamos tramitando em cartório, a gente tem mais de 400 contratos tramitando em cartório, para vocês terem uma base. São mais de 400 contratos que ou já estão para pagamento ou estão no cartório por alguma impugnação. E, pelo programa ser novo, por ele estar começando – começou agora, e as primeiras assinaturas foram em setembro do programa –, pessoas que nem saíram nas listas ainda, que vão sair,

a gente tem expectativas de que saiam muito mais pessoas, certamente vão pegar em uma condição bem melhor do que o que era no começo. Recentemente, a gente teve uma outra mudança no programa, que, até então, não era possível comprar um imóvel que tinha financiamento bancário, não era possível. Tinha que estar livre de qualquer – no imóvel avulso. Então, isso evoluiu. No final do ano, saiu uma nova portaria colocando que, se o imóvel tem dívida em outro banco, ele também pode entrar no programa. E muitos outros imóveis entraram no programa. Então, eu faço todo esse arrazoado, não sei como está a questão do tempo, mas para dizer para vocês todos que, de um lado, pode ser que o programa não atenda às expectativas de todas as pessoas, tem pessoas que têm animais, que têm *pets*, que não querem morar em apartamento, que não podem morar em apartamento, ou que entendem que o custo de pagar um condomínio é muito elevado para a sua condição de vida. Nós compreendemos, e é uma decisão que a pessoa tem que tomar. É a decisão que ela tem que tomar nesse período de 60 dias para encaminhar o processo. E, pegando um gancho sobre os 60 dias, é para começar, pessoal. Não é para assinar o contrato. A pessoa precisa... “Olha, a Caixa está aqui. É esse imóvel que eu vou começar a fazer o processo do Compra Assistida”.

Então, passado esse período que está acontecendo do Compra Assistida, eu posso dizer para vocês que nada vai suprir a angústia e a necessidade das pessoas que passaram por isso. De nossa parte, a gente vai executar plenamente o que for determinado a nós. E um ponto que é muito importante para terminar. A gente só vai encaminhar o negócio de algum de vocês ao ponto do momento que vocês encaminharem para a gente começar o negócio. Vai depender do morador, do beneficiário apresentar: “Olha este é o imóvel que eu quero. Está nessas condições e eu vou fazer assim, nesse formato”. E, atendendo, nos atende. Dentro dos regramentos do programa. Então, só para encerrar, colocar essa situação.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada às apresentações da Caixa Econômica Federal. A última intervenção por parte dos representantes do

governo é do procurador-geral do Município. O Sr. Nelson Marisco está com a palavra.

NELSON MARISCO: Agradeço, cumprimento a todos os presentes na Mesa, vereadores, especialmente os moradores. Só para dizer, resumidamente, que o Município, a Procuradoria está disposta a auxiliar numa resolução, numa tentativa de resolução pacífica, amistosa para essa situação. Inclusive, para buscar a solução para esses casos que não estão se enquadrando no programa da Compra Assistida, que parece que não é um número elevado. Então, acredito que nós tenhamos que nos debruçar especificamente para essas situações, para tentarmos resolver caso a caso, como disse a vereadora. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada às representações que se manifestaram. Eu vou ler aqui alguns encaminhamentos e depois eu vou abrir caso tenha alguma complementação em relação às questões que foram apontadas aqui enquanto um caminho.

Primeiro, não haverá possibilidade de adequação do prazo em relação à saída, remoção das famílias. Porque esse prazo está sendo determinado pelo corpo técnico do DMAE. Esse seria o primeiro encaminhamento. Encaminhamento não. Não estamos encaminhando a primeira questão que ficou em aberta de dúvida: “Ah, tem possibilidade?” Não tem possibilidade, de acordo com o que o departamento municipal está colocando.

Segundo, a alternativa é a estadia solidária neste momento. E aí, por toda a questão da burocracia, que os representantes da Caixa colocaram. Lembrando que a Caixa só executa. Não tem possibilidade desses dois cidadãos aqui modificarem esses regramentos.

Foi colocado aqui também que sexta-feira vai ter uma reunião muito importante com a representação do secretário Augusto, que vai talvez ter uma novidade em relação às flexibilizações e os critérios. Aguardando a confirmação. Eu acredito que nessa reunião da sexta-feira, é de extrema importância que os vereadores proponentes da pauta e os vereadores da comissão estejam presentes, para que

a gente consiga, a partir dali, a associação de moradores também. Porque eu acredito muito na luta e na mobilização para fazer essa modificação desse cenário que hoje não está fácil, não está bom para quem foi atingido pelas barragens. Então, estejam mobilizados também para estarem acompanhando essa reunião da sexta-feira. Uma sugestão.

Sugestão também da Ver.^a Juliana. Um plano de trabalho específico. Já com a presença da Procuradoria, o Marisco acabou de se colocar também à disposição de acompanhar esses casos que ainda não estão contemplados dentro do programa Compre Assistida. Também a sugestão da Ver.^a Juliana que haja uma apresentação para essa comissão, por parte do DMAE, um planejamento prévio das próximas fases da obra, para que a gente já consiga antecipar as soluções e os possíveis problemas. Então, disponibiliza para a comissão, que é a nossa assessoria aqui da CUTHAB, pega esse *PowerPoint*, PDF, e a gente já disponibiliza para os moradores. E, se tiver alguma contradição em relação a esse plano, a gente volta aqui de novo e rediscute se fazemos ajustes. Acho que é essa a ideia de convocar a população.

SR. VICENTE PERRONE: A gente está fazendo um cronograma, inclusive a pedido do secretário André, que o secretário estadual, Beto Fantinel, se colocou à disposição, inclusive para complementar o valor da Estadia Solidária. A Estadia Solidária é correto? Então, a gente está fazendo uma programação cada fase de cada obra, quantas famílias impactadas, qual seria o impacto disso, e a gente conseguir dividir com o governo estadual esse repasse dos R\$ mil por mês.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito, então. Vai estar disponibilizando para a gente enviar para os vizinhos. Foi também indicado que haja um pedido de providências. Acho que o mais correto é uma indicação ao Executivo para que haja suplementação de recursos por parte do Município. Eu vi que isso não é acordo aqui entre a Mesa, e os vereadores da comissão que estão de acordo com essa necessária ajuda por parte do Município assinam essa indicação ao Executivo.

Acho que esses são os caminhamentos que eu peguei, e agora abro uma pequena rodada para a complementação desses encaminhamentos. Primeiro, o Ver. Jonas Reis; depois, a representação da Associação dos Moradores; e, por fim, a Sra. Maria, representante do MAB.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Secretário André Machado, dirijo-me a ti neste momento pedindo sensibilidade para esse tema. Há muitos anos, estamos sem um programa próprio de habitação de interesse social, e na Constituição está colocado que todos os entes federados devem fazer isso. Nós estamos dependentes totalmente dos recursos federais há anos, e precisamos ter uma outra possibilidade. Então, a solicitação que eu faço é que leves ao prefeito Melo a solicitação que fizemos aqui hoje para a complementação de recursos, para que as pessoas que têm os seus imóveis não sofram prejuízo, porque esse problema não é delas. Veja bem, esse é um problema criado para elas.

Diante disso, podemos apresentar uma solução, que é não penalizar essas famílias. Nós estamos falando de 57 famílias, não estamos falando da cidade. Em outro momento, nós já fizemos um diálogo profícuo, em 2021. Você se lembra daquelas 41 famílias da região do Delta, que receberam uma complementação federal, estadual e municipal? Foi feito um acordo, e acho que podemos explorar isso novamente. Acho que foi uma solução acertada. Eu parabeneizei o governo federal, municipal e estadual naquela época, e outras pessoas se envolveram.

Então, eu acho que é possível isso. Eu queria, porque eu me coloco no lugar dessa população. Imagina ser obrigado a sair do teu bairro, sair da tua região, de onde tu construístes a sua vida, porque um ente federado ou outro não quer fazer um aporte pequeno de recursos. Dependendo da residência, pode ser R\$ 30 mil, R\$ 20 mil, R\$ 50 mil, a gente não sabe quanto. Então, não são todas, mas teria que fazer uma avaliação pormenorizada.

Para complementar, não dá para aceitar R\$ 1 mil de aluguel. Não é assim. Não dá para padronizar onde as pessoas moram, tirar a pessoa de tantos metros quadrados e jogá-la em um cubículo por R\$ 1 mil. Acho que isso tem que ser

revisto. Pode contar com meu voto aqui. Manda rever o valor do bônus, que a gente assina, inclusive o bônus moradia do Município, que está defasado frente ao mercado imobiliário da cidade. Manda para cá o meu voto e já pode contar com o meu apoio favorável para apoiar essas duas medidas de reajuste dos valores.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Ver. Jonas. Temos mais duas intervenções somente. Estou dando três minutos, porque a gente já venceu o nosso teto. O Sr. Edgar, da Associação dos Atingidos, e, depois, a Sra. Maria, do Movimento dos Atingidos por Barragens.

SR. EDGAR FERNANDES: Obrigado. Bom, pessoal, eu estava aqui fazendo uma análise da nossa reunião hoje. Eu agradeço ao diretor da Caixa, ao Nenê, ao DEMHAB, ao pessoal que está presente e aos moradores que estão aqui, porque é importante participar para ver como é que funciona esta reunião quando tem que resolver situações, igual nós temos que resolver a nossa parte lá, que são os moradores que estão enfrentando essa dificuldade.

A princípio, foi uma reunião... Eu sempre gosto do diálogo, mas eu vejo aqui uma disputa política, entendeu? Um defendendo o governo e o outro. E são os dois governos que estão dificultando para nós. Eu tenho opinião política, mas na hora certa. Agora, aqui é uma reunião séria, e aí tem um dizendo que o governo é isso, o prefeito é aquilo, o presidente é aquilo, é outro que faz ou não faz, e, bem no fim, dá no que dá. Então, nós não chegamos a nenhuma solução ainda.

O que eu falei no começo? Queremos solução. Os moradores querem solução. Está do mesmo jeito, não vai mudar nada. Aí, às vezes, tem disputa política, que o Pedro é melhor que o João. E nós não queremos isso. Os moradores não querem isso. Nós não queremos política. Política se decide quando chegar. Agora, tem o nosso prefeito que foi eleito e um presidente que foi eleito. Nós queremos uma solução para a moradia. Não podemos estar aqui criticando um ou outro, não adianta. Só que parece que querem levar para o lado político. Dar

discurso é fácil, eu também dou. Eu sou apenas um morador, e nós queremos uma solução. É isso que queremos.

Eu converso aqui com o DEMHAB, com a Caixa, tentando achar uma solução para o problema. A gente não veio aqui para... Podia estar em casa, neste calorão, aqui até que está legal. Podia estar em casa, com a família, pessoas que nem poderiam estar aqui, teriam que estar em casa, e estão ouvindo disputa política. Vamos respeitar os moradores do Sarandi! Nós queremos respeito! Esperamos que, na próxima sexta-feira, haja algum retorno. O colega da Caixa não tem poder de mudar nada. O DEMHAB não tem. Eles vão dar o discurso que o prefeito manda, que o governo federal manda, e o governo do Estado não tem nenhum aqui.

Então, eu quero respeito, o morador quer respeito! É isso o que nós queremos das autoridades, que têm o poder na mão. Poderia ter o prefeito aqui, o Maneco aqui, alguém que tem o poder da caneta. É isso o que nós queremos, os moradores querem. Eu pedi para filmar isso aqui, para botar no grupo, porque tem grupo lá de mais de 5 mil, 6 mil trabalhadores no Sarandi inteiro, e eles querem que se resolva esse problema sério. Nós não queremos ficar debaixo d'água de novo. É isso o que os moradores querem: uma solução para o problema. Nós queremos chave por chave, queremos moradia. A Caixa, a burocracia é muito grande. Quantos meses faz que é para ter? Nenhum pegou a chave ainda, nenhum. E cadê a listagem? Até agora, já faz duas semanas e não veio nada. Discurso é fácil. Agora, a solução para os moradores está difícil. Peço desculpas, mas, olha, está muito difícil. Isso vai para os moradores, e eles vão ficar sabendo. Queremos solução! Estava falando com um colega aqui, que vai ficar em nada. Nós vamos vir aqui para ouvir o quê? Discurso político? Nós não queremos. Queremos respeito! É isso o que os moradores querem. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Edgar, representação da associação. Vou passar para a Maria, do Movimento dos Atingidos por Barragens.

SRA. MARIA APARECIDA CASTILHOS LUGE: A minha pergunta é para o DMAE. Dia 28, quando acabar o prazo, o que vai acontecer com as pessoas que ainda estiverem lá? Como vai ser? E também... Eu entendi o que é o Aluguel Solidário e o que é o Estadia Solidária. No Estadia Solidária o que está sendo oferecido é R\$ 1 mil. Tem alguém que possa ser acolhido pela família, mas tem pessoas que não vão comportar dentro de uma outra casa pequena. Então, elas vão ter que alugar. Para alugar, precisa de caução, precisa de todos aqueles trâmites ali também. E R\$ 1 mil, a gente sabe que é difícil conseguir um aluguel.

SR. VICENTE PERRONE: Dona Maria Aparecida, a nossa esperança é – e trabalhamos, acho que todos aqui estão trabalhando nesse sentido – que no dia 28 a gente tenha uma solução. Seja a remoção das famílias com seus direitos, seja o aluguel com outro valor, alguma coisa, seja um acordo entre todos de extensão de qualquer prazo. O que a gente não pode é simplesmente ignorar os prazos. Então, a posição técnica do DMAE é que a gente consiga, até o final deste mês, resolver os assuntos, entre aspas, burocráticos, para a gente ter a solução técnica definitiva para a região e para tantas outras que a gente trabalha diariamente.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Sobre o prazo, o secretário André Machado também pediu uma intervenção.

SR. ANDRÉ MACHADO: Presidente, eu quero só fazer um alerta aos moradores, e não tem nenhuma pegadinha nesse processo. Trinta e um moradores deram o aceite no benefício do Estadia Solidária. Então, 31 moradores estão dizendo para o Município que aceitam Estadia Solidária. E nós fizemos questão de mandar para o aceite individual para que não fôssemos nós, Município, forçando. Então, essas 31 seria importante que conversassem conosco para nos posicionar sobre os prazos de saída do local, porque elas estão, com o aceite, dizendo sim; teve uma negativa. Caso alguma delas não

queira, que nos diga antes de o pagamento ser realizado. O pagamento é realizado no próximo dia 17, porque eu sei que não há má-fé das pessoas nesse processo. Então, é muito importante esse alerta para as famílias. Eu quero destacar aqui, Ver.^a Karen, Ver. Marcos Felipi, Ver.^a Juliana, Edgar, Júlio, Rafael, todos estávamos juntos, Dr. Marisco, acho que o Nenê também estava, o Nenê estava, quando o prefeito Sebastião Melo recebeu a comissão. E o prefeito disse – Vicente estava junto –, e o prefeito disse, naquele momento, que se todos que estavam naquela sala se corresponsabilizassem pela não realização da obra, ele adiaria a obra. Só que nesse momento de pegar, e todos dizendo assim: nós não queremos a obra; a responsabilidade fica para o Município. Porque a gente sabe que precisa da obra, os moradores sabem que precisam da obra. Eu entendo, Edgar, entendo muito, e acho justa a reivindicação da chave pela chave. Só que a chave pela chave só seria possível depois que 57 processos de compra assistida tramitassem na Caixa. Nós estamos falando em algo que vai até dezembro, no mínimo, se todos andarem rápido. Por isso a necessidade do Estadia. A gente busca facilitar todos os processos, dentro daquilo que for possível, do caminho orçamentário. Talvez um fato que nem falaram aqui, a repórter me perguntou sobre mudança. A mudança, talvez a gente consiga ajudar com o benefício da mudança. Isso é fácil, a gente tem contrato, é uma situação específica que envolve obra pública. Não vamos conseguir atender todos em Porto Alegre dessa maneira, mas, nesse caso, a gente consegue. Então, onde for possível, a gente vai buscar facilitar. E eu reforço, o trabalho do DMAE é um trabalho técnico para a proteção dessas famílias e da cidade. A gente tenta facilitar o processo o máximo possível. Mas, infelizmente, a gente sabe que não é suficiente diante de todas as demandas.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, quero agradecer a participação de todos nesta reunião. Retomando, sexta-feira é um dia muito importante de, novamente, a mobilização da Associação dos Moradores a confirmar essa reunião, porque é lá onde a gente vai discutir a possibilidade de mudança desse regramento, que vai facilitar a compra de casas condizentes com

o padrão que hoje existe no bairro. Então, isso não é um regramento que passa pela Câmara Municipal, não é um regramento que passa por essas instâncias, isso é um regramento que tem que vir do Ministério das Cidades, não passa por esses dois representantes da Caixa. Então, tem que, sim, continuar essa pressão para que haja essa modificação desse regramento. Em relação ao que cabe ao Município, a gente sabe que R\$ 1 mil do Estadia Solidária não garante que as pessoas consigam, aquelas que não tenham casa para serem acolhidas por familiar, não garante. Isso não é uma discussão que aparece nesta primeira reunião aqui. Já veio as demandas das ilhas, e isso, sim, cabe ao Município. Então, também, a pressão necessária, porque é por lei, a gente tem 35 vereadores nesta Casa que precisam ter um posicionamento em relação àquilo que foi votado. Porque lá atrás a gente fez essa batalha, dizendo que R\$ 1 mil eram insuficientes, e nós perdemos essa batalha. Mas lei a gente muda toda segunda e toda quarta. É possível, sim, melhorar o Estadia Solidária, mas a gente vai precisar que a comissão vá de gabinete em gabinete, se reúna com outros atingidos também pela enchente, como os moradores das ilhas, e faça essa reclamação. Porque só aqui, no debate técnico, a gente não consegue ter mudança de voto de vereador. Então, a gente vai precisar que a população faça essa luta política para que a gente consiga impor esse aumento de R\$ 1 mil. Porque só com os votos que a gente tem hoje aqui na Câmara, Edgar, a gente não muda uma vírgula do que está posto. Então, vocês vão ser protagonistas, não são os únicos atingidos, todo mundo quer mudança, então, a gente vai precisar se mexer junto. Estou colocando já aqui, sendo bem honesta com vocês, hoje, se vier alteração, pela base do governo Melo não passa. Então, vamos lutar juntos. É pressão e luta no governo municipal, no governo estadual, no governo federal, porque a gente sabe que é uma demanda urgente, que o empurra-empurra é uma política que está posta, não é de agora, e a gente vai precisar se organizar para pressionar aqueles que são responsabilizados por todas essas tragédias. Contem com a nossa comissão para seguir construindo essa batalha. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.



(Encerra-se a reunião às 12h20min.)

TEXTO SEM REVISÃO